



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS INFANTOJUVENIS NA IDADE
ADULTA: COMPARAÇÃO ENTRE AGRESSORES SEXUAIS E
POPULAÇÃO NORMATIVA**

Trabalho submetido por

Sara Marisa Alfaiate Costa

para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Junho de 2022



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

**IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS INFANTOJUVENIS NA IDADE
ADULTA: COMPARAÇÃO ENTRE AGRESSORES SEXUAIS E
POPULAÇÃO NORMATIVA**

Trabalho submetido por

Sara Marisa Alfaiate Costa

para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por

Prof. Doutora Telma Catarina Almeida

Junho de 2022

Dedicatória

Aos meus avós, Abílio e Manuela.

Agradecimentos

A todos os indivíduos que aceitaram participar neste estudo, tornando-o possível.

A todas as equipas de profissionais dos Estabelecimentos Prisionais em que ocorreu recolha de dados, pela disponibilidade e auxílio no estudo.

À Professora Doutora Telma Catarina Almeida, pela paciência, disponibilidade e ensinamentos.

Aos meus pais, por todos os dias terem tido uma palavra de coragem.

Às minhas amigas, que nunca me deixaram desistir.

Aos meus avós, por tudo.

Resumo

Enquadramento: A literatura tem vindo a identificar a influência das experiências positivas ou as adversidades na infância no desenvolvimento na idade adulta. **Objetivos:** Verificar a relação entre as experiências infantojuvenis, a vinculação na idade adulta, pensamentos negativos e as crenças centrais numa amostra de agressores sexuais e da população normativa. Analisar as diferenças entre a população normativa e a população de agressores sexuais ao nível das experiências infantojuvenis, da vinculação na idade adulta, dos pensamentos negativos e crenças centrais, e entre reclusos reincidentes e não reincidentes ao nível das experiências adversas infantojuvenis. **Participantes:** A amostra é composta por 505 adultos, com idades entre os 18 anos e os 70 anos ($M=39.89$, $DP=12.27$). Da amostra total, 89 (17.6%) participantes encontram-se a cumprir pena por crimes de cariz sexual em estabelecimento prisional. Os restantes 416 (82.4%) participantes pertencem à população normativa. **Método:** Os participantes responderam a um protocolo constituído por um questionário sociodemográfico, o Questionário de História na Infância (ACE), a Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs), a Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R), a Escala de Pensamentos Negativos e Intrusivos (PINTS) e o Inventário de Crenças Centrais (CBI). **Resultados:** Em ambas as amostras, foram verificadas correlações estatisticamente significativas negativas entre as experiências adversas na infância e a dificuldade do indivíduo em confiar nos outros. No grupo de agressores sexuais são encontradas correlações positivas entre as crenças centrais face à reclusão e os pensamentos negativos. Os agressores sexuais apresentam mais experiências adversas na infância e os reclusos reincidentes no crime indicam mais experiências adversas na infância em relação aos não reincidentes. **Conclusão:** Conclui-se que experiências adversas na infância se relacionam com um maior número de pensamentos negativos, maior dificuldade em se sentir vinculado e confiar nos outros.

Palavras-chave: Experiências na Infância; Pensamentos Negativos; Agressores Sexuais; Vinculação

Abstract

Background: The literature has identified the influence of positive experiences or adversity in childhood on development in adulthood. **Objectives:** To examine the relationship between childhood experiences, attachment in adulthood, negative thoughts, and core beliefs in a sample of sex offenders and the normative population. To analyze the differences between the normative and the sex offender populations in childhood experiences, attachment in adulthood, negative thoughts, and core beliefs. To analyze the differences between recidivist and non-recidivist inmates in adverse childhood experiences. **Participants:** The sample comprises 505 adults, aged between 18 and 70 years ($M=39.89$, $SD=12.27$). Of the total sample, 89 (17.6%) participants serve time in prison for sexual offenses. The remaining 416 (82.4%) participants belong to the normative population. **Method:** Participants completed a protocol consisting of a sociodemographic questionnaire, the Childhood History Questionnaire (ACE), the Positive Childhood Experiences Scale (BCEs), the Adult Attachment Scale (AAS-R), the Negative and Intrusive Thoughts Scale (PINTS), and the Core Beliefs Inventory (CBI). **Results:** In both samples, statistically significant negative correlations were found between adverse childhood experiences and an individual's difficulty in trusting others. In the sex offender group, positive correlations are found between core beliefs towards seclusion and negative thoughts. Sex offenders show more adverse childhood experiences, and recidivist offenders indicate more adverse childhood experiences than non-recidivists. **Conclusion:** Adverse childhood experiences relate to a more significant number of negative thoughts and greater difficulty in feeling connected and trusting others.

Keyword: Childhood Experiences; Negative Thoughts; Sexual Offenders; Bonding

Índice

Resumo	2
Abstract.....	4
Lista de Abreviaturas.....	9
Introdução geral.....	11
Objetivos	14
Estrutura da Tese.....	14
Método.....	15
Participantes.....	15
Procedimento	15
Instrumentos.....	16
Análise Estatística	18
Referências	19
Estudo 1 - Experiências infantojuvenis e vinculação na idade adulta: Estudo comparativo entre agressores sexuais e população normativa	25
Resumo	25
Abstract.....	27
Introdução	29
Método.....	33
Participantes.....	33
Instrumentos.....	35
Procedimento	36
Análise estatística.....	37
Resultados.....	39
Análise Descritiva	39
Análise de Correlações	40

Diferença de Grupos	47
Discussão	49
Limitações.....	51
Conclusão	51
Referências	53
Estudo 2 - Relação entre experiências adversas na infância, pensamentos negativos, crenças centrais e reincidência no crime: Um estudo com agressores sexuais.....	59
Resumo	59
Abstract.....	61
Introdução	63
Método.....	67
Participantes.....	67
Instrumentos.....	68
Procedimento	70
Análise estatística.....	70
Resultados.....	71
Análise Descritiva	71
Análise de Correlações	71
Diferença de Grupos	75
Discussão	77
Limitações.....	78
Conclusão	79
Referências	81
Conclusão/ Discussão Geral	85
Limitações.....	87
Implicações para a prática.....	87
Referências	89

Índice de Tabelas

Estudo 1 – Experiências infantojuvenis e vinculação na idade adulta: Estudo comparativo entre agressores sexuais e população normativa

Tabela 1. Análise Descritiva da População Normativa	33
Tabela 2. Análise Descrição da População Reclusa.....	34
Tabela 3. Estatística Descritiva da Amostra Normativa.....	39
Tabela 4. Estatística Descritiva da Amostra Agressores Sexuais.....	40
Tabela 5. Correlações de <i>Pearson</i> entre os instrumentos BCEs, ACEs, AAS-R e respectivas subescalas na População Normativa	41
Tabela 6. Correlações de <i>Pearson</i> entre os instrumentos BCEs, ACEs, AAS-R e respectivas subescalas em Agressores Sexuais	45
Tabela 7. Análise comparativa entre a População Normativa e Agressores Sexuais – <i>ANOVAS</i>	47

Estudo 2 – Relação entre experiências adversas na infância, pensamentos negativos, crenças centrais e reincidência no crime: Um estudo com agressores sexuais

Tabela 1. Análise descritiva da amostra	67
Tabela 2. Estatística descritiva.....	71
Tabela 3. Correlações de <i>Pearson</i> entre os instrumentos CBI, ACEs, PINTS e respectivas subescalas	73
Tabela 4. Análise comparativa entre os agressores sexuais reincidentes e os não reincidentes - <i>ANOVA</i>	75

Lista de Abreviaturas

AAS-R- *Adult Attachment Scale-R*

ACE- *Adverse Childhood Experiences*

BCEs- *Benevolent Childhood Experiences Scale*

CBI- *Core Beliefs Inventory*

DGRSP- *Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais*

PINTS- *Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale*

Introdução geral

As experiências da infância, podem ter um impacto significativo no desenvolvimento dos indivíduos, quer a nível psicológico, social ou emocional (Paulino, 2020). As relações positivas e de qualidade com figuras de vinculação contribuem para o crescimento pessoal, autoconfiança, valorização e à vontade ao criar relações sociais (Assunção & Matos, 2010). A vivência de experiências positivas na infância (e.g., sentir-se apoiado na família, apoio de amigos, participar em atividades com outras crianças e adultos) conduz a melhor saúde física e mental (Baglivio & Wolff, 2021). Por outro lado, um elevado número de experiências adversas vividas neste período (e.g., ambientes de violência, negligência dos cuidadores, falta de cuidados alimentares) (Abbiati et al., 2014) podem conduzir a efeitos negativos tanto a nível físico como psicológico (Kahn et al., 2021).

A literatura indica que indivíduos que possuam maior historial de vitimação, experiências adversas e consequentemente stress na sua infância, encontram-se mais propensos a problemas de comportamento (Flouri & Panourgia, 2014) e estilos de vida delinquentes, associados ao mundo do crime (Felizzi, 2015). As experiências negativas provenientes da infância repercutem-se em comportamentos de externalização na adolescência e na idade adulta (Felizzi, 2015). Indivíduos que possuam um elevado número de experiências negativas ou adversas vivenciadas na sua infância, e que se tenham desenvolvido em ambientes de violência (Abbiati et al., 2014), exposição ou hostilidade (Kahn et al., 2020), estão mais propensos a comportamentos criminosos no futuro, em especial de abuso sexual (DeLisi et al., 2021). No caso de agressores sexuais a literatura indica-nos que comparativamente à população normativa, vivenciam mais experiências adversas na sua infância (Kahn et al., 2020), com evidências de maus-tratos, negligência (Abbiati et al., 2014) ou disfunção familiar (Yoder et al., 2018).

O crime de ofensa sexual, é definido como “qualquer interação sexual com uma pessoa de qualquer idade que seja perpetrada: a) contra a vontade da vítima; b) sem consentimento, ou c) de forma agressiva, explorada, manipuladora ou ameaçadora” (Ryan & Lane, 1197, citado por Felizzi, 2015, p.142). Os agressores sexuais possuem uma grande heterogeneidade de características (Mezquita, 2005).

Segundo o Código Penal Português, a divisão entre os crimes sexuais faz-se com base na idade da vítima, dividindo-se estes em crimes contra a liberdade sexual ou crimes contra a autodeterminação sexual. Os crimes contra a liberdade sexual, no caso de vítimas maiores de idade, que se definem-se como “comportamentos que atentam contra o direito de cada pessoa a decidir livremente da sua vida e a práticas sexuais” (Carmo et al., 2006, p. 36), os crimes contra a autodeterminação sexual, no caso de vítimas menores de idade, definem-se como “condutas que incidem sobre vítimas, que atendendo à sua idade, se entendeu não estarem ainda em condições de se autodeterminar sexualmente, pelo que, mesmo na ausência de qualquer meio explicitamente violento, de coação ou fraudulento, serão suscetíveis de prejudicar o livre desenvolvimento da sua maturidade e vida sexuais” (Carmo et al., 2006, p. 36).

Ao ter como base a idade da vítima, o Código Penal Português divide os agressores sexuais em dois grandes grupos, abusadores sexuais de crianças ou violadores. A tipologia de Knight e Prentky (1990) indica que podem existir quatro tipos de violadores: Violação Oportunista, Violação por Raiva, Violação Sexualizada e Violação Vingativa, dependendo das suas motivações para a agressão sexual. A integração dos indivíduos em cada uma destas tipologias, varia consoante características como a sua competência social, impulsividade, agressividade, sadismo ou danos causados à vítima (Knight & Prentky, 1990). No caso de abusadores sexuais de crianças, segundo Groth (1979) pode fazer-se a divisão em duas grandes categorias: o atentado ao pudor ou a violação. Os abusadores que se enquadram na tipologia de atentado ao pudor caracterizam-se por seduzir ou manipular a criança de forma a conseguirem o que querem, já os agressores que se enquadram na tipologia de violação caracterizam-se por ser intimidadores e recorrerem a força física ou ameaças, de forma a humilhar e explorar a criança (Groth, 1979).

Existem também teorias que dividem os abusadores sexuais de crianças, quanto à sua relação com a vítima, podendo ser agressores intrafamiliares ou extrafamiliares (Sequeira, 2013). A agressão sexual intrafamiliar é uma das mais estudadas pela literatura, uma vez que devido ao facto de a vítima nutrir algum tipo de sentimento pelo agressor, para além das consequências serem mais nocivas do que no caso de se tratar de um desconhecido, é também mais difícil revelar o crime, uma vez que o agressor tem fácil acesso à criança e conhece as suas vulnerabilidades (Sequeira, 2013). A agressão sexual extrafamiliar é menos frequente, e apenas uma pequena parte das crianças desconhecem

o seu agressor (Finkelhor, 2015). Neste caso, a procura das vítimas pode ocorrer através da internet (Seto & Lalumière, 2010) ou através da aproximação a familiares da criança para chegar à mesma (Sequeira, 2013). A literatura indica que este perfil de agressores tende a vitimizar mais frequentemente crianças mais velhas, do sexo masculino, recorrendo com mais frequência a violência (Sequeira, 2013).

Indivíduos que pratiquem este tipo de crime, têm características que se associam a uma vinculação insegura na infância (Abbiati et al., 2014), o que posteriormente acarreta dificuldade em estabelecer ligações na vida adulta (Teixeira et al., 2020). A vinculação desempenha um papel de extrema importância no desenvolvimento de crenças adaptativas ou desadaptativas em adultos (Balan et al., 2018). Vinculação segura, é vista como um fator que conduz a uma confiança saudável dos outros, característica que agressores sexuais normalmente não possuem (Yoder et al., 2016). A literatura, analisou os efeitos da vinculação com os progenitores ou pares, os pensamentos negativos e comportamentos externalizantes em jovens, tendo verificado que a vinculação a pais ou pares se relaciona com a quantidade de pensamentos negativos em relação a si próprio e ao mundo, e posteriormente com os comportamentos perpetrados pelos indivíduos (Balan et al., 2018).

No caso de indivíduos que sofreram de maus-tratos na infância, negligência ou abuso infantil, são relatados mais pensamentos negativos, bem como maior dificuldade em lidar com adversidades (Yu et al., 2022). A relação entre as experiências traumáticas e os contactos com a justiça é de grande interesse para a saúde pública, isto pois os indivíduos podem apresentar comportamentos exacerbantes (e.g., consumo de substâncias, doença mental), levando a uma destruturação da sociedade (Graf et al., 2021).

A literatura indica-nos que indivíduos com mais experiências adversas ou traumas na infância, se encontram associados a um maior risco de contacto com o sistema de justiça (Graf et al., 2021). Outra das variáveis que aumentam a possibilidade destes contactos com o sistema de justiça, são as crenças centrais do indivíduo, como a falta de empatia para com as vítimas (Ward et al., 2000), o défice de intimidade, e as distorções cognitivas (Dawson et al., 2009), as quais levam agressores sexuais a ver os seus atos como não prejudiciais para as vítimas (Ward et al., 2000), uma vez que consideram que se trata de um momento por estas desejado (Ward et al., 2006).

Indivíduos condenados por crimes sexuais, ao experienciar reclusão, apresentam maiores níveis de vitimação física e sexual em contexto prisional, e relatam mais vezes experiências de *bullying* (Sparks, 2021). O contexto prisional, obrigada os indivíduos a adaptarem-se a um meio com diversas regras e condutas (Brito, 2010), contrariamente ao que vivem na sua infância, em que tem poucas regras e orientação por parte dos cuidadores (Costa et al., 2013). A experiência de reclusão é característica por ser mais um evento traumático na vida do indivíduo (Sparks, 2021). A junção da privação da liberdade, bem com a quantidade de regras a que se encontram sujeitos, promove o desenvolvimento de pensamentos negativos, ansiedade e sintomatologia depressiva nos indivíduos (Sparks, 2021).

Objetivos

Com base no estado de arte acima referido, o presente estudo tem como objetivo principal verificar a relação entre as experiências infantojuvenis e outras variáveis em agressores sexuais e na população normativa. A tese é composta por dois estudos, o primeiro tem como objetivo analisar a relação entre as experiências na infância e a vinculação na idade adulta e ainda analisar as diferenças entre a população normativa e a população de agressores sexuais em termos de vitimação na infância, experiências positivas na infância, vinculação na idade adulta. O segundo estudo, tem como principal objetivo verificar a relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos, numa amostra de agressores sexuais. Pretende-se, também, analisar as crenças centrais que os agressores sexuais apresentam face à sua experiência de reclusão e explorar se existem as diferenças entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes no crime no que se refere às experiências adversas na infância.

Estrutura da Tese

A tese inicia-se com um enquadramento teórico geral sobre o estado de arte e os objetivos da investigação. Segue-se de um primeiro estudo, que pretende verificar a relação entre as experiências infantojuvenis e a vinculação na idade adulta, o qual compara a população normativa com a população reclusa em termos de vitimação na infância, experiências positivas na infância, vinculação na idade adulta. O segundo estudo integra apenas dados de agressores sexuais, e pretende verificar a relação entre os

acontecimentos traumáticos na infância, os pensamentos negativos e a reclusão. Verificando se existem diferenças entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes no crime no que se refere às experiências adversas na infância.

Por fim, encontra-se uma conclusão geral e discussão sobre os resultados obtidos em ambos os estudos, seguidos das implicações para a prática e sugestões para estudos futuros.

Método

Participantes

A amostra do primeiro estudo é composta por 505 adultos, com idades entre os 18 anos e os 70 anos ($M=39.89$, $DP=12.27$). Da amostra total, 89 (17.6%) participantes, à data da recolha, encontram-se a cumprir pena por crimes de cariz sexual em estabelecimento prisional. Os restantes 416 (82.4%) pertencem à população normativa. Da amostra normativa, 334 (79.9%) são indivíduos do sexo feminino e 82 (19.6%) do sexo masculino. A amostra do segundo estudo é composta por 89 participantes do sexo masculino, integrados em estabelecimento prisional. Desta amostra, 64 (71.9%) indivíduos não são reincidentes e 25 (28.1%) já cumpriram pena de prisão anteriormente. Dos 89 agressores sexuais, 53 (59.6%) indica ter sido condenado por mais crimes para além de crimes sexuais e os restantes 36 (40.4%) indica ter sido condenado apenas por agressão sexual.

Procedimento

Inicialmente, realizou-se um pedido de autorização aos autores dos instrumentos para a sua utilização *online* e em papel. Foi, ainda, solicitada autorização à DGRSP para recolha de dados em estabelecimentos prisionais. A amostra deste estudo foi recolhida através de um protocolo *online* no *Google Forms*, para a população normativa e um protocolo em papel, para a população reclusa. Todos os participantes assinaram um consentimento informado, tendo-se seguido estritamente todas as questões éticas subjacentes à recolha de dados, nomeadamente o anonimato dos participantes. A divulgação do protocolo *online* foi realizada através das redes sociais.

O protocolo é constituído por um questionário sociodemográfico onde se encontra um conjunto de questões que avaliam a vitimação sofrida ao longo da vida, e a vinculação,

através dos instrumentos: Questionário de História na Infância (ACE: Felitti & Anda, 1998; Versão Portuguesa; Maia & Silva, 2007); Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs: Narayan et al., 2017; Versão Portuguesa; Almeida et al, 2021); e Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R: Collins & Read, 1990; Versão Portuguesa; Canavarro et al, 2006); Escala de Pensamentos Negativos e Intrusivos (PINTS; Magson, et al., 2019; Versão Portuguesa; Peixoto & Cunha, 2021) Inventário de Crenças Centrais (CBI: Can net al., 2010; Versão Portuguesa; Ramos et al, 2016).

Para a amostra representante da população normativa foram incluídos indivíduos maiores de 18 anos de nacionalidade portuguesa que soubessem ler e escrever. Na amostra de agressores sexuais foram incluídos indivíduos a cumprir pena de prisão por crimes de cariz sexual (e.g., abuso sexual de crianças; abuso sexual de pessoas incapaz de resistência; violação; lenocínio; pornografia de menores) em estabelecimento prisional de Portugal Continental. A presente investigação foi aprovada pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Foi utilizado um questionário que avalia as seguintes variáveis sociodemográficas: idade, sexo, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias e ainda questões relativas à condenação atual e a outras condenações do passado. Integram ainda o questionário, duas *checklists* relativas à vitimação sofrida, uma sobre a infância e juventude e outra relativa à idade adulta.

Questionário de História na Infância (ACE) - (Felitti & Anda, 1998; Versão Portuguesa; Maia & Silva, 2007): O questionário de história na infância avalia a história de adversidades na infância através de um conjunto de questões e afirmações referentes a acontecimentos antes dos 16 anos de idade do indivíduo. O instrumento é composto por 17 itens com resposta dicotómica (sim e não), que avaliam 10 fatores: abuso emocional; abuso físico; abuso sexual; negligência emocional; negligência física; divórcio/ separação dos pais; exposição à violência doméstica; abuso de substâncias no ambiente familiar; doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família. Os 10 fatores são agrupados em duas subescalas, maus-tratos infantis (abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligencia emocional e negligência física) e exposição a disfunção familiar (divórcio ou separação parental, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente

familiar, doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família). Considera-se que existe uma experiência de vida adversa quando o indivíduo responde afirmativamente a pelo menos uma das questões da dimensão a ser analisada. Pontuações mais elevadas indicam a ocorrência de mais experiências adversas na infância. Este instrumento apresenta uma boa consistência interna na sua validação ($\alpha = .88$).

Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs) – (Narayan et al., 2017; Versão Portuguesa; Almeida et al, 2021): A escala BCEs é um instrumento que avalia as experiências positivas e o suporte desde o nascimento até aos 18 anos de idade. O instrumento é composto por 10 itens de autorrelato com resposta dicotômica (sim e não). As experiências positivas incluem a proteção, segurança interna e externa, relacionamentos de apoio e uma qualidade de vida positiva a previsível. Pontuações mais elevadas indicam um maior número de experiências positivas na infância. No presente estudo, foi usada a versão em Português do BCEs (Almeida et al., 2021), que apresentou um *alfa* de Cronbach de .69.

Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R) – (Collins & Read, 1990; Versão Portuguesa; Canavarro et al, 2006): A Escala de Vinculação no Adulto (EVA) é um instrumento de autorrelato que avalia a vinculação do adulto. É composto por 18 itens, com resposta numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1- nada característico em mim; 2 - pouco característico em mim; 3 - característico em mim; 4 - muito característico em mim; 5 - extremamente característico em mim). A análise fatorial dos itens revela a presença de três dimensões, com seis itens cada, sendo a primeira *close*, que avalia se o indivíduo se sente confortável em estabelecer relações próximas e íntimas; *depend* que avalia a forma como os indivíduos sente que depende de outros em situações de necessidade; *anxiety* que avalia o grau em que o indivíduo se sente preocupado com a possibilidade de ser abandonado ou rejeitado pelos outros. Valores mais altos indicam níveis mais elevados de cada dimensão. A versão portuguesa apresentou um alfa de Cronbach adequado para as três dimensões (.75 para a dimensão *depend*; .72 para a dimensão *anxiety*; e .69 para a dimensão *close*). Estando os estudos da consistência interna bem centrados.

Escala de Pensamentos Negativos Persistentes e Intrusivos (PINTS) – (Magson, et al., 2019; Versão Portuguesa; Peixoto & Cunha, 2021): A escala de pensamentos negativos persistentes e intrusivos avalia um estilo de pensamento caracterizado por pensamentos persistentes, intrusivos e negativos. Trata-se de um

instrumento de autorrelato composto por 5 itens com resposta numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase Nunca; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Quase Sempre). Pontuações mais elevadas indicam um maior número de pensamentos negativos persistentes e intrusivos. A versão portuguesa do instrumento apresenta um *alfa* de *Cronbach* de ($\alpha = .88$).

Inventário de Crenças Centrais (CBI) – (Cann et al., 2009; Versão Portuguesa; Ramos et al, 2016): O inventário CBI é um instrumento que pretende avaliar de que forma um acontecimento traumático pode alterar as crenças do indivíduo sobre si próprio, os outros ou o mundo. Trata-se de um instrumento de autopreenchimento composto por 9 itens com resposta numa escala tipo *Likert* de 6 pontos (0 - Nada; 1 - Muito Pouco; 2 - Pouco; 3 - Moderadamente; 4 - Muito; 5 - Bastante). Os 9 itens são agrupados em duas subescalas Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos (Item 1 e 2) e Crenças sobre si, os outros e o futuro (Item 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Pontuações mais elevadas indicam uma tendência para a mudança de crenças centrais após o acontecimento. A versão portuguesa do instrumento apresenta um *alfa* de *Cronbach* de 0.85.

Análise Estatística

Para analisar os dados obtidos na aplicação do protocolo, foi utilizado o programa IBM Versão Estatística do SPSS. v.28. Em ambos os estudos, foram efetuadas correlações de *Pearson* entre as escalas e subescalas utilizadas para verificar a relação entre variáveis. No primeiro estudo, foram efetuadas análises de variância (*ANOVA-OneWay*), de forma a comparar a população normativa com a amostra de agressores sexuais e cada escala e subescala utilizadas neste estudo. No segundo estudo, foram efetuadas análises de variância (*ANOVA-OneWay*), de forma a comparar os reclusos reincidentes, com os não reincidentes em todas as escalas e subescalas utilizadas neste estudo.

Referências

- Abbiati, M., Mezzo, B., Waeny-Desponds, J., Minervini, J., Mormont, C., & Gravier, B. (2014). Victimization in childhood of male sex offenders: Relationship between violence experienced and subsequent offenses through discourse analysis. *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence-Based Research, Policy, and Practice*, 9(2), 234–254. <https://doi.org/10.1080/15564886.2014.881763>
- Almeida, T., Guarda, R., & Cunha, O. (2021). Positive childhood experiences and adverse experiences: Psychometric properties of the Benevolent Childhood Experiences Scale (BCEs) among the Portuguese population. *Child Abuse & Neglect*, 120, 105179. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105179>
- Assunção, R., & Matos, P. (2010). A vinculação parental e amorosa em adolescentes: o papel da competência interpessoal e da tomada de perspectiva. *Actas Do VII Simpósio de Investigação Em Psicologia*, 1574–1588. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/21497/2/84552.pdf>
- Baglivio, M., & Wolff, K. (2021). Positive Childhood Experiences (PCE): Cumulative resiliency in the face of adverse childhood experiences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 19(2), 139–162. <https://doi.org/10.1177/1541204020972487>
- Balan, R., Dobrean, A., & Balazsi, R. (2018). Indirect effects of parental and peer attachment on bullying and victimization among adolescents: The role of negative automatic thoughts. *Aggressive Behavior*, 44(6), 561–570. <https://doi.org/10.1002/ab.21775>
- Canavarro, M., Dias, P., & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale-r (AAS-R) na população portuguesa. *Psicologia*, 20(1), 155–186. <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v20i1.381>
- Cann, A., Calhoun, L., Tedeschi, R., Kilmer, R., Gil-Rivas, V., Vishnevsky, T., & Danhauer, S. (2009). The Core Beliefs Inventory: A brief measure of disruption in the assumptive world. *Anxiety, Stress and Coping*, 23(1), 19–34. <https://doi.org/10.1080/10615800802573013>

- Carmo, R., Alberto, I., & Guerra, P. (2006). *O abuso sexual de menores: uma conversa sobre justiça entre o direito e a psicologia* (2ª edição). Coimbra: Edições Almedina.
- Collins, N., & Read, S. (1990). Adult attachment relationships, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(4), 644–683. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.4.644>
- Dawson, D., Barnes-Holmes, D., Gresswell, D., Hart, A., & Gore, N. (2009). Assessing the implicit beliefs of sexual offenders using the implicit relational assessment procedure: A first study. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 21(1), 57–75. <https://doi.org/10.1177/1079063208326928>
- DeLisi, M., Drury, A., & Elbert, M. (2021). Frequency, chronicity, and severity: New specification of adverse childhood experiences among federal sexual offenders. *Forensic Science International: Mind and Law*, 2, 100051. <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2021.100051>
- Felitti, V., Anda, R., Nordenberg, D., Williamson, D., Spitz, A., Edwards, V., Koss, M., & Marks, J. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *Psychology and Neuroscience*, 14(4), 245–258. <https://doi.org/10.3922/j.psns.2014.1.06>
- Felizzi, M. (2015). Family or caregiver instability, parental attachment, and the relationship to juvenile sex offending. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(6), 641–658. <https://doi.org/10.1080/10538712.2015.1057668>
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., & Hamby, S. (2015). A revised inventory of Adverse Childhood Experiences. *Child Abuse & Neglect*, 48, 13–21. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.07.011>
- Flouri, E., & Panourgia, C. (2014). Negative automatic thoughts and emotional and behavioural problems in adolescence. *Child and Adolescent Mental Health*, 19(1), 46–51. <https://doi.org/10.1111/camh.12004>
- Graf, G., Chihuri, S., Blow, M., & Li, G. (2021). Adverse childhood experiences and justice system contact: A systematic review. *Pediatrics*, 147(1), 1–15. <https://doi.org/10.1542/PEDS.2020-021030>

- Groth, A., & Birnbaum, H. (1979). *Men who rape: the psychology of the offender*. New York: Plenum Press.
- Kahn, R., Jackson, K., Keiser, K., Ambroziak, G., & Levenson, J. (2021). Adverse childhood experiences among sexual offenders: associations with sexual recidivism risk and psychopathology. *sexual abuse: Journal of Research and Treatment*, 33(7), 839–866. <https://doi.org/10.1177/1079063220970031>
- Knight, R., & Prentky, R. (1990). Classifying Sexual Offenders: The development and corroboration of taxonomic models. *Handbook of Sexual Assault*, 23–52. <https://doi.org/10.1177/0306624x08331213>
- Magson, N., Rapee, R., Fardouly, J., Forbes, M., Richardson, C., Johnco, C., & Oar, E. (2019). Measuring repetitive negative thinking: Development and validation of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale (PINTS). *Psychological Assessment*, 31(11), 1329–1339. <https://doi.org/10.1037/pas0000755>
- Mezquita, B. (2005). Manual de Psicologia Forense. *Anuário de Psicologia Jurídica*, 15, 167–169. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=315031849010>
- Narayan, A., Rivera, L., Bernstein, R., Harris, W., & Lieberman, A. (2018). Positive childhood experiences predict less psychopathology and stress in pregnant women with childhood adversity: A pilot study of the benevolent childhood experiences (BCEs) scale. *Child Abuse & Neglect*, 78, 19–30. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.022>
- Paulino, C. (2020). Experiências de adversidade na infância: Impacto nos problemas psicossociais e comportamento desviante no início da idade adulta. *Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e Da Vida*. <http://hdl.handle.net/10400.12/7742>
- Peixoto M. & Cunha O. (2021). Translation and validation for the portuguese adult population of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale: Assessing Measurement Invariance. *International Journal Of Cognitive Therapy*, 14, 724–737. <https://doi.org/10.1007/s41811-021-00120-y>
- Ramos, C., Figueiras, L., Lopes, M., Leal, I., & Tedeschi, R. (2016). Inventário de crenças centrais: estrutura fatorial e propriedades psicométricas na população portuguesa.

Psicologia, Saúde & Doenças, 17(2), 120–131.
<http://dx.doi.org/10.15309/16psd170202>

Sequeira, M. (2013). Abuso sexual infantil - O processo de revelação do abuso sexual: reações paternas. *Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e Da Vida*. <http://hdl.handle.net/10400.12/2555>

Seto, M., & Lalumière, M. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? a review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526–575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>

Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). *Actas Da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 1–15. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%28Susana%20Silva%26%20Angela%20Maia%29.pdf)

Sparks, B. (2021). Attitudes toward the punishment of juvenile and adult sexual offenders in canada: the roles of sentencing goals and criminal justice motivations. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(2), 125–145. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1862947>

Teixeira, J., Resende, A., & Perissinotto, R. (2020). Vitimização e psicopatia em autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Avaliação Psicológica*, 19(01), 123–131. <https://doi.org/10.15689/ap.2021.2001.17724.12>

Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 11(4), 323–340. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.10.003>

Ward, T., Keenan, T., & Hudson, S. (2000). Understanding cognitive, affective, and intimacy deficits in sexual offenders: A developmental perspective. *Aggression and Violent Behavior*, 5(1), 41–62. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(98\)00025-1](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(98)00025-1)

Yoder, J., Dillard, R., & Leibowitz, G. (2018). Family experiences and sexual victimization histories: a comparative analysis between youth sexual and nonsexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(10), 2917–2936. <https://doi.org/10.1177/0306624X17738063>

- Yoder, J., Ruch, D., & Hodge, A. (2016). Families of youth who have sexually offended: understanding shared experiences and moving towards a typology. *Journal of Child and Family Studies*, 25(5), 1581–1593. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0339-8>
- Yu, M., Huang, L., Mao, J., DNA, G., & Luo, S. (2022). Childhood maltreatment, automatic negative thoughts, and resilience: the protective roles of culture and genes. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), 349–370. <https://doi.org/10.1177/0886260520912582>

Estudo 1

Experiências infantojuvenis e vinculação na idade adulta: Estudo comparativo entre agressores sexuais e população normativa

Resumo

Enquadramento: As experiências da infância influenciam a percepção que os indivíduos têm sobre si próprios e sobre o futuro. Relações de qualidade com figuras de vinculação contribuem para o crescimento pessoal, autoconfiança e à vontade ao criar relações sociais. Por outro lado, quando surgem experiências adversas na infância, podem surgir dificuldades de relacionamento e de vinculação com os outros. **Objetivos:** Este estudo visa analisar a relação das experiências infantojuvenis em agressores sexuais e na população normativa e avaliar a relação entre as experiências na infância e a vinculação na idade adulta, comparando a população normativa e agressores sexuais relativamente à vitimação, experiências positivas na infância e vinculação na idade adulta. **Participantes:** A amostra é composta por 505 adultos (89 agressores sexuais e 419 da população normativa), com idades entre os 18 anos e os 70 anos. **Método:** Os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, ao Questionário de História na Infância (ACE), à Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs) e à Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R). **Resultados:** Verificaram-se correlações estatisticamente significativas positivas entre o total de experiências adversas na infância e a ansiedade na vinculação. Os agressores sexuais apresentaram valores superiores de vitimação na infância. **Conclusão:** Ao vivenciar experiências adversas, os indivíduos apresentam mais dificuldade em confiar nos outros. Quanto menos experiências positivas na infância o indivíduo tenha, mais ansiedade apresenta em relação a pensamentos de abandono por parte de outros significativos para si.

Palavras-chave: Experiências Positivas na Infância; Adversidade na Infância; Vinculação; Agressores Sexuais

Abstract

Background: Childhood experiences influence individuals' perceptions of themselves and their future. Quality relationships with bonding figures contribute to personal growth, self-confidence, and ease in creating social relationships. On the other hand, when adverse childhood experiences arise, relationship and attachment difficulties with others can arise.

Objectives: This study aims to analyze the relationship of childhood experiences in sex offenders and the normative population and to assess the relationship between childhood experiences and attachment in adulthood by comparing the normative population and sex offenders regarding victimization, positive childhood experiences, and attachment in adulthood.

Participants: The sample consists of 505 adults (89 sex offenders and 419 from the normative population), aged 18 years to 70 years. **Method:** Participants completed a sociodemographic questionnaire, the Childhood History Questionnaire (ACE), the Positive Childhood Experiences Scale (BCEs), and the Adult Attachment Scale (AAS-R).

Results: There were statistically significant positive correlations between total adverse childhood experiences and attachment anxiety. Sex offenders had higher values of childhood victimization. **Conclusion:** When experiencing adverse experiences, individuals have more difficulty trusting others. The fewer positive childhood experiences an individual has, the more anxiety they have about thoughts of abandonment by others significant to them.

Keyword: Positive Childhood Experiences; Childhood Adversity; Bonding; Sexual Offenders

Introdução

As vivências da infância influenciam o funcionamento do indivíduo enquanto adulto (Parra et al., 2015), sendo as experiências familiares fatores preponderantes para a percepção que os indivíduos têm sobre si próprios e sobre o futuro (Galea, 2010). O ambiente em que as crianças crescem é considerado uma variável chave para o seu desenvolvimento (Gaela, 2010), estando a estrutura familiar e as suas dinâmicas na base do bem-estar e desenvolvimento psicológico e cognitivo (Abbiati et al., 2014). A literatura indica que tanto a inexistência de experiências positivas (Almeida et al., 2021) como a existência de experiências negativas na infância podem afetar o desenvolvimento psicoafectivo do indivíduo de forma negativa (Larkin et al., 2011).

Um desenvolvimento saudável passa por experiências que incluam proteção e segurança a nível interno (e.g., sentir-se confortável consigo próprio) e externo (e.g., ter um cuidador com que se sentisse confortável), a existência de relacionamentos de apoio e qualidade de vida (Narayan et al., 2018) e encontra-se associado a uma progressiva maturidade emocional caracterizada por autoconfiança (Zupančič & Kavčič, 2014), independência, capacidade de resolução de problemas, e vinculação saudável (Galea, 2010). As relações positivas e de qualidade com figuras de vinculação contribuem para o crescimento pessoal, autoconfiança, valorização e à vontade ao criar relações sociais adaptativas (Assunção & Matos, 2010). O vínculo positivo com cuidadores pode ser também importante para o desenvolvimento de relacionamentos mais saudáveis no futuro e para maior capacidade de integração na sociedade (Cicchetti & Toth, 2009).

Por sua vez, quando surgem experiências adversas ou traumáticas na infância, como é o caso do abuso emocional, físico ou sexual, negligência ou exposição a violência (Maia & Silva, 2007), podem surgir comportamentos mal adaptativos (Costa et al., 2013), dificuldades de relacionamento com os outros (Abbiati et al., 2014; Levenson et al., 2016) e de vinculação na idade adulta (Yoder et al., 2018).

A teoria da psicopatologia do desenvolvimento (Toch & Cicchetti, 2013) estuda a forma como as experiências negativas ou positivas influenciam o desenvolvimento do indivíduo. Os autores referem que quando existe um maior número de experiências negativas, as crianças são privadas de um ambiente mais positivo para o seu desenvolvimento, estando por isso, mais suscetíveis a fatores de risco. Estas experiências adversas na infância (e.g., maus-tratos) podem originar depressão, comportamento

antissocial ou vitimação no futuro (Toch & Cicchetti, 2013). Por outro lado, as experiências positivas de vida e a existência de relacionamentos seguros fomentam a existência de relações mais saudáveis no futuro e um maior número de experiências sociais positivas (Toch & Cicchetti, 2013).

No decorrer da infância e da adolescência, é esperado que ocorram mais experiências positivas do que negativas, que implicam menos experiências de vitimação e adversidade na idade adulta (Almeida et al., 2021). Porém, os estudos com agressores sexuais tendem a identificar mais experiências adversas do que experiências positivas vivenciadas por estes indivíduos (Abbiati et al., 2014; Kahn et al., 2020), apresentando estes, sinais de trauma e abuso durante a sua infância (DeLisi et al., 2021). O estudo de DeLisi et al. (2021) indicou que os agressores sexuais referiram a inexistência de experiências positivas na infância.

A estrutura familiar instável, bem como, a vinculação fragilizada entre crianças e cuidadores encontram-se relacionada com a diminuição da qualidade de vida destes sujeitos, fatores que contribuem para um declínio das experiências positivas vividas na infância (Yoder et al., 2018). A literatura aponta o facto de agressores sexuais possuírem estruturas familiares instáveis (Burton et al., 2011), caracterizadas por conflitos, dificuldades de comunicação (Costa et al., 2013), negligência ou rejeição por parte dos cuidadores, bem como, fraca afetividade dos mesmos (Abbiati et al., 2014; Galea, 2010). Estas vivências de conflito podem estar relacionadas com delinquência juvenil (Yoder et al., 2016), atividade criminosa e comportamento antissocial na idade adulta (Etzler et al., 2020), e atividade sexual mal adaptativa (Seto & Lalumière, 2010), podendo estes fatores, estar na origem das experiências de abuso sexual (Levenson et al., 2016; Yoder et al., 2018).

Durante a infância, os agressores sexuais tendem a não ser estimulados a criar vínculo com os seus progenitores, ou com outros significativos e por esse motivo, tendem a não evidenciar vinculação segura na sua adolescência ou idade adulta. Assim, tornam-se crianças com dificuldade em criar vínculo com pares ou adultos cuidadores, vivendo com sentimentos de isolamento, inadequação social ou rejeição (Bastos et al., 2021) dando origem a sentimentos de solidão (Langton et al., 2017; Ward et al., 2000). A dificuldade de criar vínculo acompanha este tipo de agressores ao longo da vida, aumentando as dificuldades em se relacionarem com os outros também na vida adulta (Abbiati et al., 2014). Os défices de vinculação são apontados na literatura como um fator explicativo do comportamento sexual abusivo, uma vez que o vínculo seguro com pais

ou pares conduz a uma confiança saudável bem como uma saudável dependência dos outros, o que normalmente não acontece com os agressores sexuais (Yoder et al., 2016).

Os estudos indicam que agressores sexuais possuem mais défices de vinculação segura com a mãe e o pai, comparativamente com outro tipo de agressores (e.g., Yoder et al., 2016). Estes recebem por parte dos cuidadores pouca disciplina e regras relativamente ao seu quotidiano (Costa et al., 2013), crescendo com fraca orientação, o que se reproduz em mais problemas comportamentais (Latzman & Latzman, 2013). Estas fracas ligações com pais ou cuidadores aumentam a probabilidade de possuírem maior carência afetiva (Burton et al., 2011) e apresentarem uma visão desconfiada de tudo ao seu redor (Felizzi, 2015). O estilo de vinculação menos segura com os seus cuidadores primários, faz com que sejam desenvolvidas algumas das suas características como a frieza (Felizzi, 2015) indiferença para com os outros (Costa et al., 2013; Teixeira et al., 2020) ou falta de intimidade (Langton et al., 2017). Agressores sexuais são normalmente indivíduos imaturos, instáveis emocional e afetivamente (Teixeira et al., 2020) e com dificuldade em lidar com emoções negativas, como a frustração e a raiva (Abbiati et al., 2014). O facto de possuírem falta de vinculação segura na infância, afeta a sua vida adulta, levando a que nesta fase, possuam também dificuldades em se relacionar com companheiros, por medo de experienciar rejeição (Ward et al., 2000).

Indivíduos com menos experiências positivas na sua infância, como é o caso de agressores sexuais, possuem maior probabilidade de experienciar vitimação ao longo da vida (DeLisi et al., 2021; Teixeira et al., 2020). Estes agressores têm por vezes uma visão dos seus progenitores como culpados pelas situações de vitimação que sofreram ao longo da vida, por estes terem sido os autores da vitimação que sofreram ou por não os terem capacitado a lidar de forma adaptativa com as adversidades do dia a dia (Ward et al., 2006). São encontrados na literatura resultados díspares relativamente ao facto de os indivíduos serem vítimas de agressão sexual durante a sua infância ser um preditor de perpetuarem este tipo de comportamento (Abbiati et al., 2014; Chan, 2021; DeLisi et al., 2021; Kahn et al., 2020; Seto & Lalumière, 2010; Teixeira et al., 2020; Thornton et al., 2008; Yoder et al., 2018). Nomeadamente, alguns estudos indicam que a vitimação sexual na infância é um preditor da reprodução desse comportamento mal adaptativo e não exacerbador do mesmo (Abbiati et al., 2014; Teixeira et al., 2020; Thornton et al., 2008).

A literatura indica que indivíduos que cometem crimes sexuais, possuem histórias de vitimação cinco vezes superiores, e maior exposição a violência sexual e não sexual,

do que outros indivíduos agressores (Seto & Lalumière, 2010). Esta informação é corroborada por outro estudo que indica que tanto o facto de o indivíduo ter sido vítima de abuso sexual, como ter assistido a casos de abuso pode conduzir a que se torne um agressor sexual (Yoder et al, 2018). Um estudo recente, indicou a existência de uma relação entre o facto de vítimas e agressores deste tipo de crime poderem ser a mesma pessoa, referindo que existe uma ligação entre ser abusado na infância e tornar-se agressor na idade adulta (Chan, 2021). Por outro lado, outro estudo indicou que uma ínfima parte de agressores do seu estudo relatava ter sido abusado sexualmente na infância (DeLisi et al., 2021). Alguns indivíduos passam por diversos traumas na sua infância e não se tornam agressores, mas sim sujeitos com problemas ao nível da sua conduta clínica durante toda a sua vida (DeLisi et al., 2021).

A literatura mais recente, aponta como maior fator de risco o comportamento sexual (e.g., relações sexuais desprotegidas ou com diversos parceiros; encontros sexuais com desconhecidos; uso de drogas; envolvimento em crimes sexuais) para o desenvolvimento de comportamentos de agressão sexual ou de vitimação sexual (Chan, 2021; DeLisi et al., 2021). As experiências de vitimação sofridas na infância ou adolescência, podem dar origem a desordens psicológicas que podem evoluir para um funcionamento sexual perturbado, com comportamentos sexuais intrusivos (Latzman & Latzman, 2013), difícil ajustamento social, confusão sobre a identidade sexual ou reincidência da perpetração de vitimação sexual (Teixeira et al., 2020; Ward & Beech, 2016).

A literatura indica que embora não se reconheçam como vítimas, estes indivíduos foram vitimizados de alguma forma durante a sua infância ou adolescência (Costa et al., 2013; Teixeira et al., 2020). Indivíduos que vivenciam violência e experienciam défices como baixo vínculo relacional, indiferença para com os outros, frieza ou solidão (Ward et al., 2006), durante a sua infância estão mais propensos a tornar-se agressores na vida adulta, em especial, agressores sexuais (Abbiati et al., 2014). Neste sentido, o principal objetivo deste estudo é verificar de que forma as experiências positivas ou negativas da infância podem estar relacionadas com maiores ou menores níveis de vinculação na idade adulta. Pretendeu-se, também, verificar a existência de diferenças entre a população normativa e a população de agressores sexuais em termos de vitimação, experiências positivas na infância e vinculação na idade adulta.

Método

Participantes

A amostra é composta por 505 adultos, com idades entre os 18 anos e os 70 anos ($M=39.89$, $DP=12.27$). Da amostra total, 89 (17.6%) participantes encontravam-se a cumprir pena por crimes de cariz sexual em estabelecimento prisional. Os restantes 416 (82.4%) participantes pertencem à população normativa.

Da população normativa, participaram 334 (79.9%) indivíduos do sexo feminino e 82 (19.6%) indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 69 anos ($M=39.20$, $DP=12.40$). A maioria é solteiro ($n=155$, 37.1%), seguindo-se os casados ($n=137$, 32.8%). A maior parte dos participantes indicou ser licenciado ($n=165$, 39.5%), seguida do ensino secundário ($n=158$, 37.8%). A Tabela 1 apresenta mais detalhe da amostra da população normativa.

Tabela 1

Análise Descritiva da População Normativa ($n=416$)

	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	334	79.9
Masculino	82	19.6
Total	416	99.5
Estado Civil		
Solteiro	155	37.1
União de Facto	74	17.7
Casado	137	32.8
Divorciado	45	10.8
Viúvo	5	1.2
Habilitações Literárias		
1ºCiclo	1	.2
2ºCiclo	4	1.0
3ºCiclo	32	7.7
Ensino Secundário	158	37.8
Licenciatura	165	39.5
Mestrado	48	11.5
Doutoramento	5	1.2
Outro	3	.7

Nota. *n* = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Na amostra de agressores sexuais, todos os participantes são reclusos e a maioria dos participantes é de nacionalidade Portuguesa ($n=84$, 94%). Desta amostra, todos os participantes são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 70 anos ($M=43.10$, $DP=11.14$). O estado civil predominante é solteiro ($n=45$, 50.5%), seguindo-se o divorciado ($n=18$, 20.2%). A maior parte dos participantes indicou ter o 3º ciclo

($n=23$, 25.8%), seguindo-se o 2º ciclo ($n=20$, 22.5%). O número de crimes por si cometidos varia entre 1 e 51 ($M=4.35$, $DP=6.45$). Da amostra de agressores sexuais, 64 (71.9%) não é reincidente e 25 (28.1%) já cumpriu pena de prisão anteriormente. Dos 89 agressores sexuais, 53 (59.6%) indica ter sido condenado por mais crimes para além de crimes sexuais e os restantes 36 (40.4%) indica ter sido condenado apenas por agressão sexual. A condenação de agressão sexual varia entre vítimas adultas ($n=43$, 48.3%), vítimas crianças ($n=37$, 41.6%), vítimas *online* ($n=5$, 5.6%), e vítimas portadoras de deficiência ($n=4$, 4.5%). Da amostra, 54 (60.7%) referiu que conhecia a vítima, e 35 (39.3%) não a conhecia. De referir que 26 indivíduos (29.2%) referiram ter grau de parentesco com a vítima. Relativamente ao aliciamento de menores pela internet, apenas 4 (4.5%) indivíduos responderam de forma positiva. A Tabela 2 apresenta mais detalhe da amostra de agressores sexuais.

Tabela 2

Análise Descrição da População Reclusa ($n=89$)

	<i>n</i>	%
Estado Civil		
Solteiro	45	50.6
União de Facto	12	13.5
Casado	13	14.6
Divorciado	18	20.2
Viúvo	1	1.1
Nacionalidade		
Portuguesa	84	94.4
Dupla Nacionalidade	1	1.1
Outra	4	4.5
Habilitações Literárias		
1º Ciclo	24	27.0
2º Ciclo	20	22.5
3º Ciclo	23	25.8
Ensino Secundário	18	20.2
Licenciatura	2	2.2
Outro	1	1.1
Sem escolaridade	1	1.1
Reincidência		
Não	64	71.9
Sim	25	28.1
Condenação		
Condenação Agressão Sexual		
Crianças	37	41.6
Adultos	43	48.3
Deficientes	4	4.5
Online	5	5.6
Crimes Além Sexual		
Não	36	40.4
Sim	53	59.6
Conhecer Vítima		
Não	35	39.3

Sim	54	60.7
Grau Parentesco Vítima		
Não	63	70.8
Sim	26	29.2
Aliciar Menores Internet		
Não	85	95.5
Sim	4	4.5

Nota. n = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Foi utilizado um questionário que avalia as seguintes variáveis sociodemográficas: idade, sexo, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias e ainda questões relativas à condenação atual e a outras condenações do passado. Integram ainda o questionário, duas *checklists* relativas à vitimação sofrida, uma sobre a infância, juventude e outra relativa à idade adulta.

Questionário de História na Infância (ACE) - (Felitti & Anda, 1998; Versão Portuguesa; Maia & Silva, 2007): O questionário de história na infância avalia a história de adversidades na infância através de um conjunto de questões e afirmações referentes a acontecimentos antes dos 16 anos de idade do indivíduo. O instrumento é composto por 17 itens com resposta dicotómica (sim e não), que avaliam 10 fatores: Abuso Emocional; Abuso Físico; Abuso Sexual; Negligência Emocional; Negligência Física; Divórcio/ Separação dos Pais; Exposição à Violência Doméstica; Abuso de Substâncias no Ambiente Familiar; Doença Mental ou Suicídio e Prisão de um membro da família. Os 10 fatores são agrupados em duas subescalas, Maus-Tratos Infantis (abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência emocional e negligência física) e Exposição a Disfunção Familiar (divórcio ou separação parental, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente familiar, doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família). Considera-se que existe uma experiência de vida adversa quando o indivíduo responde afirmativamente a pelo menos uma das questões da dimensão a ser analisada. Pontuações mais elevadas indicam a ocorrência de mais experiências adversas na infância. Este instrumento apresenta uma boa consistência interna na sua validação ($\alpha = .88$). No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas ($\alpha = .82$). O instrumento apresenta também boas qualidades psicométricas em todas as suas subescalas (.70 para Abuso Emocional; .75 para Abuso Físico; .60 para Abuso Sexual; .67 para Negligência Emocional; .55 para Negligência Física; .78 para Maus-Tratos e .68 para Exposição a Disfunção Familiar).

Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs) – (Narayan et al., 2017; Versão Portuguesa; Almeida et al., 2021): A escala BCEs é um instrumento que avalia as experiências positivas e o suporte desde o nascimento até aos 18 anos de idade. O instrumento é composto por 10 itens de autorrelato com resposta dicotómica (sim e não). As experiências positivas incluem a proteção, segurança interna e externa, relacionamentos de apoio e uma qualidade de vida positiva e previsível. Pontuações mais elevadas indicam um maior número de experiências positivas na infância. No presente estudo, foi usada a versão em Português do BCEs, (Almeida et al., 2021), que apresentou um *alfa* de Cronbach de .69. No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas ($\alpha = .72$).

Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R) – (Collins & Read, 1990; Versão Portuguesa; Canavarro et al., 2006): A Escala de Vinculação no Adulto (EVA) é um instrumento de autorrelato que avalia a vinculação do adulto. É composto por 18 itens, com resposta numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1- Nada característico em mim; 2 - pouco característico em mim; 3 - característico em mim; 4 - muito característico em mim; 5 - extremamente característico em mim). A análise fatorial dos itens revela a presença de três dimensões, com seis itens cada, sendo a primeira *close*, que avalia se o indivíduo se sente confortável em estabelecer relações próximas e íntimas; *depend* que avalia a forma como os indivíduos se sentem que dependem de outros em situações de necessidade; *anxiety* que avalia o grau em que o indivíduo se sente preocupado com a possibilidade de ser abandonado ou rejeitado pelos outros. Valores mais altos indicam níveis mais elevados de cada dimensão. A versão portuguesa apresentou um *alfa* de Cronbach adequado para as três dimensões (.75 para a dimensão *depend*; .72 para a dimensão *anxiety*; e .69 para a dimensão *close*). Estando os estudos da consistência interna bem centrados. No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas em duas dimensões (.56 para a dimensão *depend*; .87 para a dimensão *anxiety*). A dimensão *close* não apresentou boas qualidades psicométricas (.31).

Procedimento

Inicialmente, realizou-se um pedido de autorização aos autores dos instrumentos para a sua utilização *online* e em papel. Foi, ainda, solicitada autorização à DGRSP para recolha de dados em estabelecimentos prisionais. A amostra deste estudo foi recolhida através de um protocolo *online* no *Google Forms*, para a população normativa e um

protocolo em papel, para a população reclusa. Todos os participantes assinaram um consentimento informado, tendo-se seguido estritamente todas as questões éticas subjacentes à recolha de dados, nomeadamente o anonimato dos participantes. A divulgação do protocolo *online* foi realizada através das redes sociais.

O protocolo é constituído por um questionário sociodemográfico onde se encontra um conjunto de questões que avaliam a vitimação sofrida ao longo da vida e a vinculação, através dos instrumentos: Questionário de História na Infância (ACE: Felitti & Anda, 1998; Versão Portuguesa; Maia & Silva, 2007); Escala de Experiências Positivas na Infância (BCEs: Narayan et al., 2017; Versão Portuguesa; Almeida et al, 2021); e Escala de Vinculação no Adulto (AAS-R: Collins & Read, 1990; Versão Portuguesa; Canavarro et al, 2006).

Para a amostra representante da população normativa foram incluídos indivíduos maiores de 18 anos de nacionalidade portuguesa que soubessem ler e escrever. Na amostra de agressores sexuais foram incluídos indivíduos a cumprir pena de prisão por crimes de cariz sexual (e.g., abuso sexual de crianças; abuso sexual de pessoas incapaz de resistência; violação; lenocínio; pornografia de menores) em estabelecimento prisional de Portugal Continental. A presente investigação foi aprovada pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz.

Análise estatística

Para analisar os dados obtidos na aplicação do protocolo, foi utilizado o programa IBM Versão Estatística do SPSS. v.28. Foram efetuadas correlações de *Pearson* entre as escalas e subescalas utilizadas para verificar a relação entre variáveis. De seguida foram realizadas análises de variância (*ANOVA-OneWay*), de forma a comparar a população normativa com a amostra de agressores sexuais e cada escala e subescala utilizadas neste estudo.

Resultados

Análise Descritiva

Na população normativa, a análise descritiva (Tabela 3) mostrou que os principais tipos de vitimação sofrida da infância foram o *bullying* ($n=168$, 40.2%), e os maus-tratos psicológicos ($n=136$, 32.6%). Da amostra, 36 indivíduos (8.6%) referem ter sido vítimas de abuso sexual na infância. Na idade adulta, destaca-se a vitimação psicológica ($n=143$, 34.2%) e a violência por parte de um/uma companheiro/a ($n=75$, 17.9%). A análise descritiva revela ainda as pontuações obtidos no instrumentos BCEs ($M=8.36$, $DP=1.93$), ACEs ($M=3.05$, $DP=3.19$), e nas respectivas subescalas Abuso Emocional ($M=.55$, $DP=.77$), Abuso Físico ($M=.42$, $DP=.72$), Abuso Sexual ($M=.19$, $DP=.47$), Negligência Emocional ($M=.53$, $DP=.76$), Negligência Física ($M=.12$, $DP=.39$), Maus-Tratos ($M=1.81$, $DP=2.11$), Exposição a Disfunção Familiar ($M=1.24$, $DP=1.60$), AAS-R ($M=52.16$, $DP=6.20$), e suas respectivas subescalas AAS-R Ansiedade ($M=14.98$, $DP=6.09$), AAS-R Depend ($M=18.93$, $DP=3.25$).

Tabela 3
Estatística Descritiva da Amostra Normativa ($n=416$)

	<i>n</i>	%
Vítima <i>Bullying</i> na Infância	168	40.2
Vítima Maus-Tratos Psicológicos na Infância	136	32.5
Vítima Abuso Sexual na Infância	36	8.6
Vítima de Violência Psicológica em Adulto	143	34.4
Vítima por parte do Companheiro/a em Adulto	75	17.9

Nota. *n* = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Na população reclusa (Tabela 4), a análise descritiva mostrou que os principais tipos de vitimação sofrida são os maus-tratos físicos ($n=37$, 41.6%), seguidos dos maus-tratos psicológicos ($n=30$, 33.7%), e exposição a violência ($n=25$, 28.1%). Da amostra, 15 indivíduos (16.7%) referem ter sido vítima de abuso sexual na sua infância. Na idade adulta, destaca-se a vitimação autodirigida (e.g. automutilação, tentativa de suicídio) com 24 (27%) participantes respondendo positivamente. Destaca-se ainda a vitimação física ($n=23$, 25.8%) e a vitimação psicológica ($n=20$, 22.5%). A análise descritiva revela ainda as pontuações obtidos no instrumentos BCEs ($M=7.93$, $DP=2.14$), ACEs ($M=4.66$, $DP=4.26$), e nas respectivas subescalas Abuso Emocional ($M=.72$, $DP=.86$), Abuso Físico ($M=.69$, $DP=.87$), Abuso Sexual ($M=.37$, $DP=.73$), Negligência Emocional ($M=.49$,

$DP=.76$), Negligência Física ($M=.40$, $DP=.67$), Maus-Tratos ($M=2.69$, $DP=2.73$), Exposição a Disfunção Familiar ($M=1.98$, $DP=1.98$), AAS-R ($M=52.67$, $DP=6.22$), e suas respectivas subescalas AAS-R Ansiedade ($M=14.29$, $DP=5.14$), AAS-R *Depend* ($M=20.38$, $DP=3.77$).

Tabela 4
Estatística Descritiva da Amostra de Agressores Sexuais ($n=89$)

	<i>n</i>	%
Vítima <i>Bullying</i> na Infância	15	16.9
Vítima Maus-Tratos Físicos na Infância	37	41.6
Vítima de Exposição à Violência na Infância	25	28.1
Vítima de Abuso Sexual na Infância	15	16.9
Vitimação Autodirigida em Adulto	24	27.0
Vítima de Violência Física em Adulto	23	25.8
Vítima de Violência Psicológica em Adulto	20	22.5

Nota. n = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Análise de Correlações

População Normativa

Os resultados na população normativa (Tabela 5) apontam para correlações estatisticamente significativas negativas entre o BCEs e todas as subescalas do ACE e AAS-R Ansiedade. Os dados indicaram também uma correlação estatisticamente significativa positiva entre o BCEs e AAS-R *Depend*. Foram encontradas correlações estatisticamente significativas positivas entre todas as formas de maltrato, a Exposição a Disfunção Familiar e AAS-R Ansiedade. Os resultados indicaram também correlações estatisticamente significativas negativas entre todas as formas de maltrato, a Exposição a Disfunção Familiar e a AAS-R *Depend*.

Os resultados indicam, ainda, correlações estatisticamente significativas positivas entre a AAS-R Ansiedade e o total do AAS-R. Os resultados indicaram ainda uma correlação estatisticamente significativa negativa entre o AAS-R Ansiedade e AAS-R *Depend*. Foram encontradas também correlações estatisticamente significativas positivas entre AAS-R *Depend* e o total do AAS-R.

Tabela 5

Correlações de *Pearson* entre os instrumentos BCEs, ACEs, AAS-R e respectivas subescalas na População Normativa ($n=416$)

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1. BCEs	-	-.284**	-.158**	-.137**	-.391**	-.251**	-.376**	-.205**	-.352**	-.338**	.347**	.058
2. Abuso Emocional		-	.667**	.147**	.440**	.330**	.846**	.389**	.756**	.255**	-.259**	.047
3. Abuso Físico			-	.060	.310**	.211**	.747**	.329**	.660**	.166**	-.139**	.031
4. Abuso Sexual				-	.173**	.110*	.379**	.097*	.300**	.119*	-.182**	-.010
5. Negligência Emocional					-	.272**	.717**	.327**	.639**	.311**	-.363**	.003
6. Negligência Física						-	.502**	.388**	.527**	.129**	-.149**	.011
7. Maus-Tratos							-	.466**	.897**	.313**	-.341**	.028
8. Exposição Disfunção Familiar								-	.810**	.176**	-.163**	.082
9. ACEs									-	.296**	-.308**	.060
10. AAS-R Ansiedade										-	-.554**	.572**
11. AAS-R Depend											-	.213**
12. AAS-R												-

Nota. ** $p < 0.01$; * $p < 0.05$

População Reclusa

Na população reclusa (Tabela 6) foram encontradas correlações estatisticamente significativas negativas entre o BCEs, o AAS-R Ansiedade e todas as subescalas do ACE à exceção do Abuso Sexual. Os resultados indicaram também uma correlação estatisticamente significativa positiva entre a o BCEs e a AAS-R *Depend*.

Foram encontradas correlações estatisticamente significativas positivas entre todos as formas de maltrato e a Exposição a Disfunção Familiar. Os resultados indicaram correlações estatisticamente significativas negativas entre a Negligência Emocional e Física e AAS-R *Depend*.

Foram encontradas correlações estatisticamente significativas positiva entre o AAS-R Ansiedade e o total do AAS-R. Os resultados indicam uma correlação estatisticamente significativa negativa entre o AAS-R Ansiedade e AAS-R e correlações estatisticamente significativas positivas entre AAS-R *Depend* e o total do AAS-R.

Tabela 6

Correlações de *Pearson* entre os instrumentos BCEs, ACEs, AAS-R e respectivas subescalas em Agressores Sexuais ($n=89$)

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1. BCEs	-	-.342**	-.341**	-.049	-.394**	-.322**	-.419**	-.358**	-.434**	-.229*	.227*	-.059
2. Abuso Emocional		-	.820**	.383**	.440**	.296**	.876**	.547**	.815**	-.002	-.095	.054
3. Abuso Físico			-	.304**	.317**	.291**	.820**	.484**	.750**	-.132	-.083	-.069
4. Abuso Sexual				-	.282**	.062	.579**	.369**	.542**	.119	.055	.206
5. Negligência Emocional					-	.229*	.649**	.449**	.624**	.109	-.255*	-.073
6. Negligência Física						-	.512**	.325**	.479**	.021	-.216*	.033
7. Maus-Tratos							-	.631**	.933**	.024	-.165	.038
8. Exposição Disfunção Familiar								-	.868**	.082	-.151	.075
9. ACEs									-	.054	-.176	.059
10. AAS-R										-	-.311**	.616**
Ansiedade												
11. AAS-R Depend											-	.287**
12. AAS-R												-

Nota. ** $p < 0.01$; * $p < 0.05$

Diferença de Grupos

Os valores indicam diferenças estatisticamente significativas entre agressores sexuais e a população normativa (Tabela 7) em algumas subescalas que avaliam maus-tratos juvenis. Nomeadamente, o grupo de agressores sexuais apresenta valores mais elevados no Abuso Físico, Abuso Sexual, Negligência Física, Maus-Tratos Infantis, Exposição a Disfunção Familiar, e o ACEs total.

Tabela 7
Análise comparativa entre a população normativa ($n=416$) e agressores sexuais ($n=89$) - ANOVA

Variáveis	População normativa		Agressores sexuais		<i>F</i> (1,503)	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
BCEs	8.36	1.93	7.93	2.14	3.53	.061
Abuso Emocional	.54	.77	.72	.87	3.40	.066
Abuso Físico	.42	.71	.69	.87	10.28	.001
Abuso Sexual	.19	.47	.37	.73	8.97	.003
Negligência Emocional	.53	.76	.49	.76	.15	.699
Negligência Física	.12	.39	.40	.66	28.13	.000
Maus-Tratos	1.80	2.11	2.69	2.73	11.38	.001
Exposição Disfunção Familiar	1.24	1.60	1.98	1.98	14.19	.000
ACEs	3.04	3.19	4.66	4.26	16.53	.000
AAS-R Ansiedade	14.98	6.10	14.29	5.14	.99	.321
AAS-R Depend	18.25	4.21	17.99	3.51	.30	.583
AAS-R	52.15	6.20	52.66	6.22	.49	.487

Nota. *** $p < .001$

Discussão

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre as experiências infantojuvenis em agressores sexuais e na população normativa e a vinculação na idade adulta. Pretendeu-se, também, verificar a existência de diferenças entre a população normativa e a população de agressores sexuais em termos de vitimação, experiências positivas na infância e vinculação na idade adulta.

Literatura recente, indica que agressores sexuais descrevem a inexistência de experiências positivas no decorrer da sua infância (DeLisi et al., 2021), resultados que não são corroborados por este estudo, pois muitos dos participantes indicavam experiências positivas na infância e juventude. As experiências positivas fomentam a existência de relações mais saudáveis no futuro, e mais experiências sociais positivas (Toch & Cicchetti, 2013). O nosso estudo, permite concluir que quando um indivíduo apresenta menos experiências positivas na infância, apresenta mais ansiedade em relação a pensamentos de abandono por parte de outros significativos para si, e mais dificuldade em sentir que depende dos outros em caso de necessidade. Quanto mais experiências positivas um indivíduo possui na sua infância, mais facilidade tem em confiar nos outros (Yoder et al., 2016).

Os resultados deste estudo indicam que relativamente à vitimação sofrida na infância a amostra de agressores sexuais comparada com a população normativa, apresenta maiores níveis de punição e maus-tratos, indo ao encontro dos resultados de outros estudos internacionais (e.g., Abbiati et al. 2014; Kahn et al., 2020; Teixeira et al. 2020). A amostra de agressores sexuais apresenta também maiores níveis de disfunção familiar, com estruturas familiares mais instáveis e nas quais existe uma dificuldade de comunicação e prevalência de conflitos (Burton et al., 2011; Costa et al., 2013). Quando os indivíduos vivenciam mais experiências adversas, tendem a apresentar uma visão desconfiada de tudo ao seu redor (Felizzi, 2015).

Na literatura são encontradas controvérsias sobre o facto de ser vítima de abuso sexual na infância ser um preditor de comportamentos de agressão sexual na idade adulta (e.g., Chan, 2021; DeLisi et al., 2021), mostrando os nossos resultados que o valor apresentado de vitimação sexual na infância na população de agressores sexuais era superior ao apresentado na população normativa.

Os nossos resultados indicam que quando existe uma experiência de vitimação na infância, existe uma maior probabilidade de existirem outras experiências adversas ao longo da vida. A literatura também indica que quanto menos experiências positivas na infância os indivíduos apresentam, maior a probabilidade de experienciar vitimação ao longo da vida (DeLisi et al., 2021; Teixeira et al., 2020).

Os resultados deste estudo indicam que ao vivenciar experiências adversas na infância, os indivíduos apresentam mais dificuldade em se relacionar e confiar nos outros. Literatura recente vai de encontro aos resultados obtidos neste estudo, indicando que na infância agressores sexuais vivem em isolamento social, não sendo estimulados a criar vínculos, por isso possuem mais dificuldade a fazê-lo na idade adulta, apresentado medo de experienciar rejeição (Bastos et al., 2021). Embora o vínculo positivo esteja na base do desenvolvimento de relacionamentos mais saudáveis no futuro (Cicchetti & Toth, 2009), a inexistência deste pode levar os indivíduos a uma maior necessidade de se vincular ao outro na idade adulta, mesmo que com receio de experienciar rejeição (Ward et al., 2000).

Os resultados deste estudo não permitem identificar diferenças entre o grupo de agressores sexuais e população normativa ao nível das experiências positivas na infância. A literatura indica resultados díspares relativamente às experiências vividas por agressores sexuais na sua infância (Abbiati et al., 2014; DeLisi et al., 2021; Kahn et al., 2020). Se por um lado, existe estudos que indicam que alguns dos agressores sexuais referiram a inexistência de experiências positivas na infância (DeLisi et al., 2021), outros estudos indicam que agressores sexuais vivenciam na infância mais experiências adversas do que positivas (Abbiati et al., 2014; Kahn et al., 2020).

Limitações

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser identificadas. Uma das limitações é a dificuldade ao acesso da amostra de agressores sexuais, com pouca predisposição da parte destes em participar no estudo. Outra das limitações é o facto de, na população reclusa, não ter sido possível obter uma amostra feminina. Destaca-se também o facto de a amostra de agressores sexuais ser mais reduzida comparativamente com outros estudos internacionais, o que podem influenciar os resultados. Outra limitação apresentada é o facto de no estudo *online* não existir controlo sobre o ambiente em que os praticantes respondem. No caso de participantes agressores sexuais, algumas respostas podem ser omitidas ou alteradas, em função da forma como o participante deseja ser visto perante os outros.

Conclusão

Apesar das limitações apresentadas, trata-se de um estudo pertinente para a Psicologia. Os resultados desta investigação sugerem que a adversidade esteve presente na infância de uma grande parte dos indivíduos com comportamentos desviantes na idade adulta. Estes resultados indicam a importância de serem implementados programas de intervenção em crianças vítimas de maus-tratos infantis ou de exposição a disfunção familiar, de forma a atenuar as consequências destes ou a jovens que já tenham comportamentos violentos, de forma a conter os mesmos. Sugere-se também o desenvolvimento de competências junto das crianças ou jovens que tivessem sofrido este tipo de vitimação, de forma a trabalhar a sua vinculação a figuras de referência, tentando contornar a dificuldade de vinculação (Yoder et al., 2018) e de confiança nos outros (Abbiati et al., 2014; Levenson et al., 2016) descrita pela literatura.

Sendo que a literatura nos remete para o facto de as experiências adversas na infância serem condutoras de comportamentos mal adaptativos (Costa et al., 2013) e dificuldades de relacionamento (Abbiati et al., 2014; Levenson et al., 2016) e vinculação na idade adulta (Yoder et al., 2018), sugere-se o trabalho destas competências (e.g., comportamentos adaptativos, relacionamento com pares, vinculação) com indivíduos adultos, de forma a modificar os seus padrões de relacionamento, vinculação e confiança nos outros.

Em investigações futuras, sugere-se a consulta processual, de forma a poder recolher mais informação na população reclusa. Tendo em conta que a literatura indica que as experiências de vitimação durante o crescimento podem originar desordens psicológicas, as quais podem evoluir para um funcionamento sexual perturbado (Latzman & Latzman, 2013), sugere-se a inclusão de variáveis sobre as crenças relativas ao abuso sexual e à violação.

Referências

- Abbiati, M., Mezzo, B., Waeny-Desponds, J., Minervini, J., Mormont, C., & Gravier, B. (2014). Victimization in childhood of male sex offenders: Relationship between violence experienced and subsequent offenses through discourse analysis. *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence-Based Research, Policy, and Practice*, 9(2), 234–254. <https://doi.org/10.1080/15564886.2014.881763>
- Almeida, T., Guarda, R., & Cunha, O. (2021). Positive childhood experiences and adverse experiences: Psychometric properties of the Benevolent Childhood Experiences Scale (BCEs) among the Portuguese population. *Child Abuse & Neglect*, 120, 105179. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105179>
- Assunção, R., & Matos, P. (2010). A vinculação parental e amorosa em adolescentes: O papel da competência interpessoal e da tomada de perspectiva. *Actas Do VII Simpósio de Investigação Em Psicologia*, 1574–1588. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/21497/2/84552.pdf>
- Bastos, K., Eusébio, A., Pereira, K., da Silva, T., & Costa, L. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: um estudo de processos judiciais. *Saúde Sociedade São Paulo*, 30(1), 1–13. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021181112>
- Burton, D., Duty, K., & Leibowitz, G. (2011). Differences between sexually victimized and nonsexually victimized male adolescent sexual abusers: Developmental antecedents and behavioral comparisons. *Journal of Child Sexual Abuse*, 20(1), 77–93. <https://doi.org/10.1080/10538712.2011.541010>
- Canavarro, M., Dias, P., & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale-r (AAS-R) na população portuguesa. *Psicologia*, 20(1), 155–186. <http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v20i1.381>
- Chan, H. (2021). The victim–offender overlap in sexual offending: Exploring a community-based sample of young adults in Hong Kong. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 33(8), 923–949. <https://doi.org/10.1177/1079063220981889>

- Cicchetti, D., & Toth, S. (2009). The past achievements and future promises of developmental psychopathology: The coming of age of a discipline. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(1–2), 16–25. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01979.x>
- Collins, N., & Read, S. (1990). Adult attachment relationships, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(4), 644–683. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.4.644>
- Costa, L., Junqueira, E., Meneses, F., & Stroker, L. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico-USF*, 18(1), 33–44. <https://doi.org/10.1190/segam2013-0137.1>
- DeLisi, M., Drury, A., & Elbert, M. (2021). Frequency, chronicity, and severity: new specification of adverse childhood experiences among federal sexual offenders. *Forensic Science International: Mind and Law*, 2, 100051. <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2021.100051>
- Etzler, S., Eher, R., & Rettenberger, M. (2020). Dynamic risk assessment of sexual offenders: validity and dimensional structure of the stable-2007. *SAGE*, 27(4), 822–839. <https://doi.org/10.1177/1073191118754705>
- Felitti, V., Anda, R., Nordenberg, D., Williamson, D., Spitz, A., Edwards, V., Koss, M., & Marks, J. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *Psychology and Neuroscience*, 14(4), 245–258. <https://doi.org/10.3922/j.psns.2014.1.06>
- Felizzi, M. (2015). Family or caregiver instability, parental attachment, and the relationship to juvenile sex offending. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24(6), 641–658. <https://doi.org/10.1080/10538712.2015.1057668>
- Galea, M. (2010). Does child maltreatment mediate family environment and psychological Well-Being? *Psychology*, 1(2), 143–150. <https://doi.org/10.4236/psych.2010.12019>
- Kahn, R., Jackson, K., Keiser, K., Ambroziak, G., & Levenson, J. (2021). Adverse childhood experiences among sexual offenders: associations with sexual recidivism

- risk and psychopathology. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 33(7), 839–866. <https://doi.org/10.1177/1079063220970031>
- Langton, C., Murad, Z., & Humbert, B. (2017). Childhood sexual abuse, attachments in childhood and adulthood, and coercive sexual behaviors in community males: main effects and a moderating function for attachment. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 29(3), 207–238. <https://doi.org/10.1177/1079063215583853>
- Larkin, K., Frazer, N., & Wheat, A. (2011). Responses to interpersonal conflict among young adults: Influence of family of origin. *Journal of the International Association for Personal Relationships*, 18(4), 657–667. 10.1111/j.1475-6811.2010.01334.x
- Latzman, N., Latzman, R. (2013). Exploring the link between child sexual abuse and sexually intrusive behaviors: the moderating role of caregiver discipline strategy. *Journal of Child and Family Studies*, 24(2), 480–490. <http://doi:10.1007/s10826-013-9860-9>
- Levenson, J., Willis, G., & Prescott, D. (2016). Adverse childhood experiences in the lives of male sex offenders: implications for trauma-informed care. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 28(4), 340–359. <https://doi.org/10.1177/1079063214535819>
- Narayan, A., Rivera, L., Bernstein, R., Harris, W., & Lieberman, A. (2018). Positive childhood experiences predict less psychopathology and stress in pregnant women with childhood adversity: A pilot study of the benevolent childhood experiences (BCEs) scale. *Child Abuse & Neglect*, 78, 19–30. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2017.09.022>
- Parra, A., Oliva, A., & Reina, M. (2015). Family relationships from adolescence to emerging adulthood: a longitudinal study. *Journal of Family Issues*, 36(14), 2002–2020. <https://doi.org/10.1177/0192513X13507570>
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, Â. (2014). Assessing the Reliability of Retrospective Reports of Adverse Childhood Experiences among Adolescents with Documented Childhood Maltreatment. *Journal of Family Violence*, 29(4), 431–438. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9602-9>

- Seto, M., & Lalumière, M. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? a review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526–575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). *Actas Da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 1–15. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%28Susana%20Silva%26%20Angela%20Maia%29.pdf)
- Teixeira, J., Resende, A., & Perissinotto, R. (2020). Vitimização e psicopatia em autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Avaliação Psicológica*, 19(01), 123–131. <https://doi.org/10.15689/ap.2021.2001.17724.12>
- Thornton, J., Stevens, G., Grant, J., Indermaur, D., Chamarette, C., & Halse, A. (2008). Intrafamilial adolescent sex offenders: Family functioning and treatment. *Journal of Family Studies*, 14(2–3), 362–375. <https://doi.org/10.5172/jfs.327.14.2-3.362>
- Ward, T., & Beech, A. (2016). The integrated theory of sexual offending–revised: a multifeild perspective. *The Wiley handbook on the theories, Assessment and Treatment of Sexual Offending*, 123–137. <https://doi.org/10.1002/9781118574003.wattso006>
- Ward, T., Gannon, T., & Keown, K. (2006). Beliefs, values, and action: The judgment model of cognitive distortions in sexual offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 11(4), 323–340. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2005.10.003>
- Ward, T., Keenan, T., & Hudson, S. (2000). Understanding cognitive, affective, and intimacy deficits in sexual offenders: A developmental perspective. *Aggression and Violent Behavior*, 5(1), 41–62. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(98\)00025-1](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(98)00025-1)
- Yoder, J., Dillard, R., & Leibowitz, G. (2018). Family experiences and sexual victimization histories: a comparative analysis between youth sexual and nonsexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(10), 2917–2936. <https://doi.org/10.1177/0306624X17738063>
- Yoder, J., Leibowitz, G., & Peterson, L. (2018). Parental and peer attachment characteristics: differentiating between youth sexual and non-sexual offenders and

- associations with sexual offense profiles. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(17), 2643–2663. <https://doi.org/10.1177/0886260516628805>
- Yoder, J., Ruch, D., & Hodge, A. (2016). Families of youth who have sexually offended: understanding shared experiences and moving towards a typology. *Journal of Child and Family Studies*, 25(5), 1581–1593. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0339-8>
- Zupančič, M., & Kavčič, T. (2014). Student personality traits predicting individuation in relation to mothers and fathers. *Journal of Adolescence*, 37(5), 715–726. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2013.12.005>

Estudo 2

Relação entre experiências adversas na infância, pensamentos negativos, crenças centrais e reincidência no crime: Um estudo com agressores sexuais

Resumo

Enquadramento: As experiências adversas na infância encontram-se relacionadas com o aumento de pensamentos negativos e com comportamentos desajustados na idade adulta. Também a vivência e adaptação ao meio prisional é encarada como uma fase sofrimento psicológico e aumento de pensamentos negativos. **Objetivos:** Este estudo visa analisar a relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos. Pretende-se, também, analisar as crenças centrais que os agressores sexuais apresentam face à sua experiência de reclusão e verificar se existem diferenças entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes relativamente às experiências adversas na infância. **Participantes:** A amostra é composta por 89 homens portugueses a cumprir pena por crimes de cariz sexual, em estabelecimentos prisionais. As idades dos participantes variam entre os 25 e os 70 anos ($M=43.10$, $DP=11.14$). **Método:** Os participantes responderam a um protocolo em papel, constituído por um questionário sociodemográfico, o Questionário de História na Infância (ACE), a Escala de Pensamentos Negativos e Intrusivos (PINTS) e o Inventário de Crenças Centrais (CBI). **Resultados:** Os resultados mostram a existência de correlações entre as crenças centrais dos indivíduos e os pensamentos negativos. O grupo de indivíduos reincidente no crime apresenta valores mais elevados de experiências adversas na infância em relação aos não reincidentes. **Conclusão:** Um maior número de experiências adversas na infância tende a conduzir a comportamentos criminais, bem como, a maior probabilidade de reincidência. O desenvolvimento de programas de intervenção com crianças que vivenciem adversidade pode dotar estes indivíduos de mecanismos adaptativos para lidar com as adversidades que experienciam.

Palavras-chave: Adversidade na Infância; Pensamentos Negativos; Reclusão; Agressores Sexuais

Abstract

Background: Adverse childhood experiences are related to increased negative thoughts and maladaptive behavior in adulthood. Also, the experience and adaptation to the prison environment are seen as a phase of psychological suffering and increased negative thoughts. **Objectives:** This study analyzes the relationship between adverse childhood experiences and negative thoughts. It also aims to analyze the core beliefs that sex offenders have regarding their incarceration experience and to see if there are differences between recidivist and non-recidivist sex offenders regarding adverse childhood experiences. **Participants:** The sample comprises 89 Portuguese men serving sentences for sexually related crimes in prisons. The participants' ages range from 25 to 70 years ($M=43.10$, $SD=11.14$). **Method:** Participants completed a paper protocol consisting of a sociodemographic questionnaire, the Childhood History Questionnaire (ACE), the Negative and Intrusive Thoughts Scale (PINTS), and the Core Beliefs Inventory (CBI). **Results:** The results show the existence of correlations between individuals' core beliefs and negative thoughts. The group of individuals who are repeat offenders shows higher values of traumatic events in childhood compared to non-recidivists. **Conclusion:** A greater number of adverse childhood experiences tend to lead to criminal behavior as well as a greater likelihood of recidivism. Developing intervention programs with children who experience adversity can equip these individuals with adaptive mechanisms to cope with the adversities they experience.

Keyword: Child Abuse; Negative thoughts; Prison; Sexual Offenders

Introdução

A exposição a experiências adversas na infância pode provocar impacto a longo prazo na vida do indivíduo (Graf et al., 2021), podendo conduzir ao impacto negativo no desenvolvimento (Finkelhor et al., 2015) seja a nível da saúde, comportamentos de risco ou perturbações de desenvolvimento (Kalmakis & Chandler, 2015). Os maus-tratos infantis (e.g., negligência e abuso infantil) criam um ambiente relacional que priva as crianças de experiências que promovem o seu funcionamento adaptativo ao longo da vida (Levenson & Socia, 2016).

Experiências adversas como os maus-tratos, negligência e abuso infantil encontram-se relacionados com o aumento de pensamentos negativos (Yu et al., 2022), que influenciam o desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais (Diogo, 2007). Na literatura, a ligação entre os eventos de vida stressantes ou adversos e os problemas emocionais ou comportamentais na vida adulta (Flori & Panourgia, 2014; Lupien et al., 2009), é explicada pelo facto de as experiências stressantes resultarem em maior reatividade a informações emocionais, e por isso uma dificuldade superior em regular as emoções (Lupien et al., 2009). A exposição a comportamentos stressantes em criança tem implicações na forma como os indivíduos se comportam mais tarde na idade adulta (Lupien et al., 2009).

A literatura indica que um dos fatores potenciador de pensamentos negativos, é a separação da mãe, ou a negligência por parte dos cuidadores (Kopala-Sibley et al., 2011), tornando os indivíduos incapazes de lidar de forma adaptativa com os fatores stressantes ou adversos presentes no seu dia a dia (Balan et al., 2018). A separação da progenitora é um dos fatores que gera mais stress em crianças e é destacado pela literatura como um fator frequente na infância de agressores sexuais (Lupien et al., 2009). Estudos longitudinais indicam que indivíduos que possuam mais experiências adversas, experiências de vitimação, fracos relacionamentos com cuidadores e stress na infância se encontram mais propensos a pensamentos negativos automáticos e atitudes disfuncionais (Cole et al., 2010; Flouri & Panourgia, 2014). Por outro lado, quando as crianças se desenvolvem num ambiente de experiências positivas e vínculo seguro, são mais otimistas em relação a si próprias e ultrapassam com mais facilidade as adversidades com que se deparam (Balan et al., 2018).

Pensamentos negativos são intrusões indesejadas que ocorrem na consciência, de forma invasiva, perturbando o comportamento contínuo e prejudicando o fluxo de consciência do indivíduo. Quando experienciados, são normalmente facilmente ignorados pelos indivíduos. No caso de estes pensamentos terem significado pessoal, sendo interpretados como algo inaceitável ou repugnante, tendem a ser perturbadores, tornando-se mais difíceis de ignorar (Rachman, 2014). Estes pensamentos negativos e repetitivos são uma construção associada a vários distúrbios emocionais, relacionados normalmente a problemas do passado, presente ou futuro (Peixoto & Cunha, 2021). Um estudo na população normativa, indicou que a maior parte dos participantes experienciou pensamentos intrusivos, sendo destacados três tipos de pensamento mais frequentes, associados a dúvida, ruminação e prejudicar os outros (Costa, 2016).

A teoria cognitiva de Beck enfatiza a importância das cognições mal adaptativas (e.g., pensamentos negativos desajustados sobre si próprio) como fator preponderante de risco para comportamentos desajustados. Esta teoria propõe que as crianças desenvolvem esquemas cognitivos mal adaptativos na sua mente, de acordo com as experiências negativas que vivenciam com os seus pares ou cuidadores, manifestando-se estes em esquemas diariamente através de pensamentos negativos sobre si, o mundo ou os outros (Rush & Alford, 2000).

A literatura indica que um elevado número de experiências adversas na infância se reflete num superior número de pensamentos negativos, variáveis que se encontram associadas a maior risco de contacto com os sistemas de justiça (Graf et al., 2021; Levenson & Socia, 2016), sendo o comportamento criminoso apenas um dos aspetos negativos que os traumas infantis podem gerar (Levenson & Socia, 2016). Segundo a literatura, o aumento das experiências adversas da infância, pode potenciar não só uma carreira criminal, mas também reincidência no crime (Matos, 2019). Esta reincidência criminal é explicada pelo facto de que no ambiente circundante do indivíduo existirem pares ou familiares desviantes que determinam a sua trajetória de vida, com experiências criminais, o que pode conduzir a maior probabilidade de reincidência (Matos, 2019).

Quando comparados com a população normativa, os indivíduos delinquentes ou com contactos com a justiça, relatam mais pensamentos negativos durante o decurso da sua vida (Diogo, 2007). Por sua vez, também o contacto com o sistema de justiça se encontra relacionado com o desenvolvimento de pensamentos negativos intrusivos, devido ao momento da reclusão ser visto como um evento traumático (Sparks, 2021). De

referir que, o grupo de agressores sexuais é reconhecido como sendo o mais desprezado na sociedade e na própria prisão (Tewksbury, 2012).

Um estudo recente analisou os fatores associados aos comportamentos sexuais ofensivos, considerando que o estilo de pensamento de agressores sexuais é uma variável de destaque para o seu comportamento (Paquette & Cortoni, 2021). A literatura indica, que a reclusão tende a alterar o tipo de pensamento do indivíduo (Severson et al., 2020). Porém, a literatura indica também, que grande parte dos reclusos apresenta uma elevada taxa de reincidência, não alterando as suas atitudes (Alper & Durose, 2018). Os elevados níveis de reincidência, demonstram a carência da efetividade da execução das penas, sendo um dos indicadores que demonstra não existir uma mudança no pensamento do recluso relativamente ao crime cometido (Machado et al., 2013). As repreensões constantes (Cohen, 2018) e a vivência em isolamento social contribuem para o sofrimento psicológico (Choi et al., 2015). A fase inicial da pena é caracterizada por sintomatologia depressiva, e por pensamentos negativos, os quais se vão tornando menos evidentes com a adaptação dos reclusos ao meio prisional (Moreira, 2009). Agressores sexuais são os reclusos com maior indício de vitimação por *bullying*, agressão física, sexual e outros tipos de vitimação no contexto prisional (Sparks, 2021), produzindo assim maior insegurança, medo, solidão, tristeza e pensamentos negativos (Brito, 2010).

A reclusão impõe que o indivíduo obedeça a várias regras bem como a uma estrutura rígida e autoritária sobre si. Este fator, aliado à privação da liberdade e do convívio social, promove o desenvolvimento de pensamentos negativos e de ansiedade nos indivíduos. No caso de reclusos que já possuam anteriormente à reclusão, sintomatologia depressiva, sentimentos de culpa, falta de suporte social, ou que possuam dificuldades de integração, tendem a demonstrar um número superior de pensamentos negativos, sentimentos de ansiedade ou depressão (Brito, 2010). Por sua vez, a junção entre estes pensamentos negativos e os episódios de vitimação sofridos em contexto prisional e fora deste, podem conduzir a quadros depressivos e ansiosos extremos ou até a ideação suicida na população reclusa (Moreira, 2009).

Neste sentido, o principal objetivo deste estudo é verificar a relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos, numa amostra de agressores sexuais. Pretende-se, também, analisar as crenças centrais que os agressores sexuais apresentam face à sua experiência de reclusão e explorar se existem as diferenças

entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes no crime, no que se refere às experiências adversas na infância.

Método

Participantes

A amostra é composta por 89 adultos portugueses a cumprir pena por crimes de cariz sexual em estabelecimentos prisionais de Portugal Continental. A maioria dos participantes é de nacionalidade Portuguesa ($n=84$, 94%). Desta amostra, todos os participantes são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 70 anos ($M=43.10$, $DP=11.14$). O estado civil predominante é solteiro ($n=45$, 50.5%), seguindo-se o divorciado ($n=18$, 20.2%). A maior parte dos participantes indicou ter o 3º ciclo ($n=23$, 25.8%), seguindo-se o 2º ciclo ($n=20$, 22.5%). O número de crimes por si cometidos varia entre 1 e 51 ($M=4.35$, $DP=6.45$). Da amostra, 64 (71.9%) não é reincidente e 25 (28.1%) já cumpriu pena de prisão anteriormente. Dos 89 agressores sexuais, 53 (59.6%) indica ter sido condenado por mais crimes para além de crimes sexuais e os restantes 36 (40.4%) indica ter sido condenado apenas por agressão sexual. A condenação de agressão sexual varia entre vítimas adultas ($n=43$, 48.3%), vítimas crianças ($n=37$, 41.6%), vítimas *online* ($n=5$, 5.6%), e vítimas portadoras de deficiência ($n=4$, 4.5%). Da amostra, 54 indivíduos (60.7%) referiu que conhecia a vítima, e 35 (39.3%) não a conhecia. De referir que 26 indivíduos (29.2%) tem grau de parentesco com a vítima. Relativamente ao aliciamento de menores pela internet, apenas 4 (4.5%) indivíduos responderam de forma positiva. A Tabela 1 apresenta mais detalhe da amostra de agressores sexuais.

Tabela 1
Análise descritiva da amostra ($n=89$)

	<i>n</i>	%
Estado Civil		
Solteiro	45	50.6
União de Facto	12	13.5
Casado	13	14.6
Divorciado	18	20.2
Viúvo	1	1.1
Nacionalidade		
Portuguesa	84	94.4
Dupla Nacionalidade	1	1.1
Outra	4	4.5
Habilitações Literárias		
1º Ciclo	24	27.0
2º Ciclo	20	22.5
3º Ciclo	23	25.8
Ensino Secundário	18	20.2
Licenciatura	2	2.2
Outro	1	1.1

Sem escolaridade	1	1.1
Reincidência Condenação		
Não	64	71.9
Sim	25	28.1
Condenação Agressão Sexual		
Crianças	37	41.6
Adultos	43	48.3
Deficientes	4	4.5
Online	5	5.6
Crimes Além Sexual		
Não	36	40.4
Sim	53	59.6
Conhecer Vítima		
Não	35	39.3
Sim	54	60.7
Grau Parentesco Vítima		
Não	63	70.8
Sim	26	29.2
Aliciar Menores Internet		
Não	85	95.5
Sim	4	4.5

Nota. n = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Foi utilizado um questionário que avalia as seguintes variáveis sociodemográficas: idade, sexo, estado civil, nacionalidade, habilitações literárias e ainda questões relativas à condenação atual e a outras condenações do passado. O questionário sociodemográfico integrou duas *checklists* relativas à vitimação sofrida, uma sobre a infância, juventude e outra relativa à idade adulta.

Questionário de História na Infância (ACE) - (Felitti & Anda, 1998; Versão Portuguesa; Maia & Silva, 2007): O questionário de história na infância avalia a história de adversidades na infância através de um conjunto de questões e afirmações referentes a acontecimentos antes dos 16 anos de idade do indivíduo. O instrumento é composto por 17 itens com resposta dicotómica (sim e não), que avaliam 10 fatores: abuso emocional; abuso físico; abuso sexual; negligência emocional; negligência física; divórcio/ separação dos pais; exposição à violência doméstica; abuso de substâncias no ambiente familiar; doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família. Os 10 fatores são agrupados em duas subescalas, maus-tratos infantis (abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência emocional e negligência física) e exposição a disfunção familiar (divórcio ou separação parental, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias no ambiente familiar, doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família). Considera-se que

existe uma experiência de vida adversa quando o indivíduo responde afirmativamente a pelo menos uma das questões da dimensão a ser analisada. Pontuações mais elevadas indicam a ocorrência de mais experiências adversas na infância. Este instrumento apresenta uma boa consistência interna na sua validação ($\alpha = .88$). No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas ($\alpha = .87$). O instrumento apresenta também boas qualidades psicométricas em todas as suas subescalas (.76 para Abuso Emocional; .81 para Abuso Físico; .85 para Abuso Sexual; .69 para Negligência Emocional; .55 para Negligência Física; .82 para Maus-Tratos e .69 para Exposição a Disfunção Familiar).

Escala de Pensamentos Negativos Persistentes e Intrusivos (PINTS)- (Magson, et al., 2019; Versão Portuguesa; Peixoto & Cunha, 2021): A escala de pensamentos negativos persistentes e intrusivos avalia um estilo de pensamento caracterizado por pensamentos persistentes, intrusivos e negativos. Trata-se de um instrumento de autorrelato composto por 5 itens com resposta numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca; 2 - Quase Nunca; 3 - Às vezes; 4 - Frequentemente; 5 - Quase Sempre). Pontuações mais elevadas indicam um maior número de pensamentos negativos persistentes e intrusivos. A versão portuguesa do instrumento apresenta um *alfa* de *Cronbach* de ($\alpha = .88$). No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas ($\alpha = .87$).

Inventário de Crenças Centrais (CBI) – (Cann et al., 2009; Versão Portuguesa; Ramos et al, 2016): O inventário CBI é um instrumento que pretende avaliar de que forma um acontecimento traumático pode alterar as crenças do indivíduo sobre si próprio, os outros ou o mundo. Trata-se de um instrumento de autopreenchimento composto por 9 itens com resposta numa escala tipo *Likert* de 6 pontos (0 - Nada; 1 - Muito Pouco; 2 - Pouco; 3 - Moderadamente; 4 - Muito; 5 - Bastante). Os 9 itens são agrupados em duas subescalas Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos, e Crenças sobre si, os outros e o futuro. Pontuações mais elevadas indicam uma tendência para a mudança de crenças centrais após o acontecimento. A versão portuguesa do instrumento apresenta um *alfa* de *Cronbach* de 0.85. No presente estudo foram apresentadas boas qualidades psicométricas ($\alpha = .87$).

Procedimento

Inicialmente, realizou-se um pedido de autorização aos autores dos instrumentos para a sua utilização *online* e em papel. Foi ainda solicitada autorização à DGRSP para recolha de dados em estabelecimentos prisionais. A amostra foi recolhida através de um protocolo em papel. Todos os participantes assinaram o consentimento informado, tendo-se seguido estritamente todas as questões éticas subjacentes à recolha de dados, nomeadamente o anonimato e confidencialidade dos participantes.

Na amostra foram incluídos indivíduos com mais de 18 anos, a cumprir pena de prisão por crimes de cariz sexual (e.g., abuso sexual de crianças; abuso sexual de pessoas incapaz de resistência; violação; lenocínio; pornografia de menores) em estabelecimento prisional de Portugal Continental, que soubessem ler e escrever em português. A presente investigação foi aprovada pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz.

Análise estatística

Para analisar os dados obtidos na aplicação do protocolo, foi utilizado o programa IBM Versão Estatística do SPSS. v.28. Foram efetuadas correlações de *Pearson* entre as escalas e subescalas utilizadas para verificar a relação entre variáveis. De seguida foram realizadas análises de variância (*ANOVA-OneWay*), de forma a comparar o grupo de participantes reincidentes com o grupo de participantes não reincidentes e cada escala e subescala utilizadas neste estudo.

Resultados

Análise Descritiva

Os resultados mostraram que na infância, os principais tipos de vitimação sofrida pelos participantes (Tabela 2) são os maus-tratos físicos ($n=37$, 41.6%), seguidos dos maus-tratos psicológicos ($n=30$, 33.7%) e exposição a violência ($n=25$, 28.1%). Da amostra, 15 indivíduos (16.7%) referem ter sido vítima de abuso sexual na sua infância. Na idade adulta, destaca-se a vitimação autodirigida (e.g. automutilação, tentativa de suicídio) com 24 (27%) dos participantes respondendo positivamente. Destaca-se ainda a vitimação física ($n=23$, 25.8%) e a vitimação psicológica ($n=20$, 22.5%).

A análise descritiva revelou ainda as pontuações obtidos no instrumento ACEs ($M=4.66$, $DP=4.26$), e nas respectivas subescalas Abuso Emocional ($M=.71$, $DP=.87$), Abuso Físico ($M=.69$, $DP=.87$), Abuso Sexual ($M=.37$, $DP=.72$), Negligência Emocional ($M=.49$, $DP=.76$), Negligência Física ($M=.41$, $DP=.67$), Maus-Tratos ($M=2.69$, $DP=2.73$), Exposição a Disfunção Familiar ($M=1.98$, $DP=1.97$), CBI ($M=28.87$, $DP=9.91$), e suas respectivas subescalas Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos ($M=5.08$, $DP=2.65$), Crenças sobre si, os outros e o futuro ($M=23.79$, $DP=8.56$), e PINTS ($M=17.34$, $DP=4.91$).

Tabela 2

Estatística descritiva ($n=89$)

	<i>n</i>	%
Vítima <i>Bullying</i> na Infância	15	16.9
Vítima Maus-Tratos Psicológicos na Infância	30	33.7
Vítima Maus-Tratos Físicos na Infância	37	41.6
Vítima de Exposição à Violência na Infância	25	28.1
Vítima de Abuso Sexual na Infância	15	16.9
Vitimação Autodirigida em Adulto	24	27.0
Vítima de Violência Física em Adulto	23	25.8
Vítima de Violência Psicológica em Adulto	20	22.5

Nota. *n* = Número de Participantes; % = Percentagem de Participantes

Análise de Correlações

Os dados (Tabela 3) indicam correlações estatisticamente significativas positivas entre as Crenças sobre si, os outros e o futuro, o CBI Total e o PINTS. Os resultados apontam para correlações estatisticamente significativas positivas entre a escala de

Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos, e as Crenças sobre si, os outros e o futuro e o CBI Total. Os resultados remetem para correlações estatisticamente significativos positivos entre todas as formas de maltrato e a Exposição a Disfunção Familiar.

Tabela 3

Correlações de *Pearson* entre os instrumentos CBI, ACEs, PINTS e respectivas subescalas ($n=89$)

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
1. CBI - Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos	-	.395**	.609**	-.068	.014	-.054	-.020	.039	-.030	.124	.039	-.171
2. CBI - Crenças sobre si, os outros e o futuro		-	.969**	.147	-.056	.029	.151	.204	.138	.152	.159	.217*
3.CBI Total			-	.108	-.045	.011	.125	.186	.111	.165	.147	.141
4. Abuso Físico				-	.304**	.317**	.820**	.291**	.820**	.484**	.750**	.032
5.Abuso Sexual					-	.282**	.383**	.062	.579**	.369**	.542**	-.105
6.Negligência Emocional						-	.440**	.229*	.649**	.449**	.624**	.132
7.Abuso Emocional							-	.296**	.876**	.547**	.815**	.004
8.Negligência Física								-	.512**	.325**	.479**	.079
9.Maus-Tratos Infantis									-	.631**	.933**	.039
10.Exposição Disfunção Familiar										-	.868**	.046
11.ACEs											-	.047
12.PINTS												-

Nota. ** $p < 0.01$; * $p < 0.05$

Diferença de Grupos

O grupo de participantes reincidentes no crime, apresenta valores diferentes estatisticamente significativos dos indicados em algumas subescalas do grupo dos não reincidentes. O grupo de reincidentes apresenta valores mais elevados de Abuso Físico, Negligência Emocional e Física, Maus-Tratos Infantis, Exposição a Disfunção Familiar e ACEs total (Tabela 4).

Tabela 4

Análise comparativa entre os agressores sexuais reincidentes ($n=25$) e os não reincidentes ($n=64$)

Variáveis	Não Reincidentes		Reincidentes		$F(1,87)$	p
	M	DP	M	DP		
CBI - Crenças sobre a Previsibilidade e Controlo sobre os Acontecimentos	5.20	2.46	4.76	3.11	.50	.482
CBI - Crenças sobre si, os outros e o futuro	24.28	8.30	22.52	9.24	.76	.386
CBI total	29.48	9.27	27.28	11.45	.89	.349
Abuso Emocional	.58	.81	1.08	.91	6.4	.013
Abuso Físico	.55	.79	1.08	.95	7.2	.009
Abuso Sexual	.29	.65	.56	.87	2.37	.127
Negligência Emocional	.34	.65	.88	.88	9.98	.002
Negligência Física	.26	.54	.76	.83	10.91	.001
Maus-Tratos Físicos	2.03	2.42	4.36	2.78	15.21	.000
Exposição a Disfunção Familiar	1.64	1.92	2.84	1.89	7.07	.009
ACEs total	3.67	3.86	7.20	4.24	14.17	.000
PINTS	17.20	4.94	17.68	4.89	.17	.683

Nota. *** $p < .001$

Discussão

Este estudo teve como objetivo verificar a relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos, numa amostra de agressores sexuais. Pretendeu-se, também, analisar as crenças centrais que os agressores sexuais apresentam face à sua experiência de reclusão e explorar se existem diferenças entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes no crime no que se refere às experiências adversas na infância.

Os nossos resultados mostram que na infância os agressores são expostos a um grande número de experiências adversas como os maus-tratos físicos ou psicológicos, ou a exposição a violência, há semelhança do relatado na literatura, a qual indica que agressores sexuais possuem um maior número de experiências adversas na infância, bem como mais experiências de vitimação, estando por isso mais propensos a pensamentos negativos e atitudes disfuncionais (Flouri & Panourgia, 2014). Os nossos dados destacam a vitimação física e psicológica, o que vai de encontro aos resultados obtidos por Sparks (2021), o qual refere que na idade adulta e no contexto prisional os indivíduos são mais vezes vítimas de *bullying*, e de agressões físicas ou psicológicas. Os dados de Sparks (2021) referem, ainda, a elevada taxa de vitimação sexual em meio prisional, dados que não encontrados no nosso estudo.

Os resultados deste estudo indicam que a exposição a adversidades (e.g., consumo de substâncias, disfunção familiar) priva a criança de experiências que promovam o seu correto desenvolvimento, à semelhança dos resultados encontrados por Levenson e Socia (2016). A literatura indica que na infância, agressores sexuais vivenciam diversas experiências adversas (e.g., maus-tratos, negligência, punição física) (Yu et al., 2022), o que conduz a um número mais elevado de experiências de vitimação também na idade adulta (Cole et al., 2010).

Estudos recentes, indicam que vivências adversas na infância (e.g., maus-tratos infantis, negligência) levam a um maior número de pensamentos negativos na idade adulta (Yu et al., 2022), apresentado impacto a longo prazo na vida do indivíduo (Peixoto & Cunha, 2021). Os resultados deste estudo não identificam relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos apresentados pelo indivíduo. Alguns autores identificaram níveis de resiliência elevados em agressores sexuais (e.g., Baglivio & Wolff, 2021) face aos acontecimentos traumáticos vividos, o que pode explicar valores

mais baixos de pensamentos negativos. Em estudos futuros sugere-se que se estudem os mecanismos de *coping* e a resiliência apresentada nesta população, de forma a melhor compreender o resultado acima descrito. A literatura indica, ainda, que ao aumentar o número de contactos com a justiça, aumenta também a existência de pensamentos negativos (Sparks, 2021), o que não é encontrado nos nossos resultados.

A teoria cognitiva de Beck indica que as crianças que vivenciam ambientes adversos, tendem a criar crenças erradas sobre si, o mundo e os outros (Rush & Alford, 2000). São encontradas na literatura algumas controvérsias relativamente à mudança de pensamento ocorrida nos indivíduos após a reclusão. Severson et al. (2020) conclui que a reclusão pode alterar o tipo de pensamento do indivíduo. Por outro lado, Alper & Durose (2018) referem que as elevadas taxas de reincidência se devem ao facto de a reclusão não alterar o tipo de pensamento dos indivíduos. Também nesta investigação foi possível verificar a existência de um maior número de pensamentos negativos e intrusivos quando existem mais crenças sobre a previsibilidade e controlo que o indivíduo tem sobre os acontecimentos, e sobre si, os outros e o seu futuro.

Ao comparar o grupo de participantes reincidentes no crime e os não reincidentes, os reincidentes apresentam mais experiências adversas na sua infância (e.g. sinais de abuso físico, negligência emocional ou física, maus-tratos), resultados que vão de encontro ao estudo de Sparks (2021), o qual refere que tanto na infância como na idade adulta estes indivíduos têm tendência a ser vitimizados. A literatura indica que os indivíduos reincidentes apresentam mais pensamentos negativos devido à vivência em isolamento social e sofrimento psicológico a esse associado (Cohen, 2018; Choi et al., 2015), porém, os nossos resultados não encontram diferenças ao nível dos pensamentos negativos entre os grupos.

Limitações

O presente estudo apresenta algumas limitações. A primeira relaciona-se com a com pouca disponibilidade por parte dos agressores sexuais em participar no estudo, o que impossibilitou o aumento da amostra. Os dados utilizados no estudo, são referentes à resposta de cada participante, os quais podem ser enviesados, por vergonha dos participantes a responder a questões do foro privado (e.g., experiências traumáticas na infância, vitimação na idade adulta). Os questionários foram aplicados em diversas

situações em grupos, o que podem implicar que os participantes não expressem honestamente a sua resposta, por poder ir contra o esperado pelos outros participantes, ou por não querer que estes tenham conhecimento da mesma. A literatura refere ainda diferenças entre a vitimação sofrida entre agressores sexuais e outro tipo de criminosos (Sparks, 2021), resultados que não podem ser verificados pelo nosso estudo, devido à inexistência de grupo para comparação.

Conclusão

Apesar das limitações referidas anteriormente, no presente estudo são encontrados resultados pertinentes para a Psicologia Criminal os quais podem ser importantes na criação ou reformulação de programas de intervenção.

Tal como referido anteriormente, o nosso estudo permite identificar diversas adversidades na infância de agressores sexuais, mas não são encontradas relações entre estas adversidades e a existência de pensamentos negativos e intrusivos, o que pode ser explicado pelos mecanismos que os indivíduos utilizam para ultrapassar a adversidade vivenciada. Segundo a literatura quanto mais resiliência os indivíduos apresentam, menores os contactos com a justiça, e menores os níveis de reincidência (Baglivio & Wolff, 2021).

Literatura recente, indica diferenças no tipo de vitimação sofrida no meio prisional entre os agressores sexuais e outro tipo de reclusos (Sparks et al., 2021). Em estudos futuros sugere-se a inclusão de grupos de agressores de outro tipo (e.g., homicidas, traficantes de droga), ou de agressoras sexuais, de forma a comparar os grupos com o grupo de controlo.

Estudos longitudinais indicam que indivíduos que possuam mais experiências adversas ou de vitimação na infância se encontram mais propensos a pensamentos negativos automáticos (Flouri & Panourgia, 2014). Em investigações futuras, sugere-se um estudo longitudinal, de forma a poder verificar se existem diferenças nos pensamentos negativos sentidos pelo indivíduo ao longo da pena, bem como verificar a evolução do pensamento neste período. Este estudo pode contribuir para a criação de programas de intervenção, ainda em contexto prisional, para alteração de pensamentos e prevenção da reincidência, uma vez que a literatura indica que as elevadas taxas de reincidência se devem à ineficácia das penas de prisão (Alper & Durose, 2018). Será também de interesse, o desenvolvimento de programas de intervenção com o objetivo de desenvolver a

resiliência dos indivíduos, trabalhando a sua capacidade para lidar com as adversidades, utilizando estratégias de *coping* adaptativas.

A nível preventivo, seria benéfica a intervenção na infância e juventude com crianças ou jovens que vivenciem adversidades, uma vez que estas são encaradas como fator de risco para o desenvolvimento de comportamentos criminais (Graf et al., 2021). Assim, a intervenção nesta faixa etária poderia dotar as crianças ou jovens de estratégias adaptativas para superar as adversidades que vivenciam.

Referências

- Alper, M., Durose, M., & Markman, J. (2018). Update on prisoner recidivism: a 9-year follow-up period (2005-2014). *U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs*. <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=6266>
- Balan, R., Dobrean, A., & Balazsi, R. (2018). Indirect effects of parental and peer attachment on bullying and victimization among adolescents: The role of negative automatic thoughts. *Aggressive Behavior*, 44(6), 561–570. <https://doi.org/10.1002/ab.21775>
- Beck, A. & Alford, B. (2000). *O poder integrador da terapia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Brito, C. (2010). Abandono aprendido, depressão e estratégias de coping numa amostra de reclusos. *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. <http://hdl.handle.net/10400.6/2567>
- Cann, A., Calhoun, L., Tedeschi, R., Kilmer, R., Gil-Rivas, V., Vishnevsky, T., & Danhauer, S. (2009). The Core Beliefs Inventory: A brief measure of disruption in the assumptive world. *Anxiety, Stress and Coping*, 23(1), 19–34. <https://doi.org/10.1080/10615800802573013>
- Choi, H., Irwin, M., & Cho, H. (2015). Impact of social isolation on behavioral health in elderly: Systematic review. *World Journal of Psychiatry*, 5(4), 432–438. <https://doi.org/10.5498/wjp.v5.i4.432>
- Cohen, T. (2018). The consequences of sanctioning prisoners: Examining the relationship between within-prison sanctioning and recidivism. *American Society of Criminology and Public Policy*, 17(4), 1001–1004. <https://doi.org/10.1111/1745-9133.12411>
- Cole, D., Maxwell, M., Dukewich, T., & Yosick, R. (2010). Targeted peer victimization and the construction of positive and negative self-cognitions: Connections to depressive symptoms in children. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 39(3), 421–435. <https://doi.org/10.1080/15374411003691776>
- Costa, D. (2016). Pensamentos intrusivos desagradáveis: frequência, avaliação e estratégias para os controlar. *Universidade Do Algarve*. <http://hdl.handle.net/10400.1/9962>

- Felitti, V., Anda, R., Nordenberg, D., Williamson, D., Spitz, A., Edwards, V., Koss, M., & Marks, J. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *Psychology and Neuroscience*, 14(4), 245–258. <https://doi.org/10.3922/j.psns.2014.1.06>
- Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., & Hamby, S. (2015). A revised inventory of Adverse Childhood Experiences. *Child Abuse & Neglect*, 48, 13–21. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.07.011>
- Flouri, E., & Panourgia, C. (2014). Negative automatic thoughts and emotional and behavioural problems in adolescence. *Child and Adolescent Mental Health*, 19(1), 46–51. <https://doi.org/10.1111/camh.12004>
- Graf, G., Chihuri, S., Blow, M., & Li, G. (2021). Adverse childhood experiences and justice system contact: A systematic review. *Pediatrics*, 147(1), 1–15. <https://doi.org/10.1542/PEDS.2020-021030>
- Kalmakis, K., & Chandler, G. (2015). Health consequences of adverse childhood experiences: A systematic review. *Journal of the American Association of Nurse Practitioners*, 27(8), 457–465. <https://doi.org/10.1002/2327-6924.12215>
- Kopala-Sibley, D., Zuroff, D., Leybman, M., & Hope, N. (2011). Recalled peer relationship experiences and current levels of self-criticism and self-reassurance. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 86(1), 33–51. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8341.2011.02044.x>
- Levenson, J., & Socia, K. (2016). Adverse Childhood Experiences and Arrest Patterns in a Sample of Sexual Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(10), 1883–1911. <https://doi.org/10.1177/0886260515570751>
- Lupien, S., McEwen, B., Gunnar, M., & Heim, C. (2009). Effects of stress throughout the lifespan on the brain, behaviour and cognition. *Nature Reviews Neuroscience*, 10(6), 434–445. <https://doi.org/10.1038/nrn2639>
- Machado, H., & Granja, R. (2013). Paternidades fragmentadas. Género, emoções e (des)conexões biogenéticas e prisionais. *Análise Social*, 208(3), 550–571. <https://hdl.handle.net/1822/25515>

- Magson, N., Rapee, R., Fardouly, J., Forbes, M., Richardson, C., Johnco, C., & Oar, E. (2019). Measuring repetitive negative thinking: Development and validation of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale (PINTS). *Psychological Assessment*, 31(11), 1329–1339. <https://doi.org/10.1037/pas0000755>
- Moreira, N. (2009). Factores de risco associados à ideação suicida durante a prisão preventiva: Estudo exploratório. *Universidade Do Minho Instituto de Educação e Psicologia*. <https://hdl.handle.net/1822/10499>
- Paquette, S., & Cortoni, F. (2021). Offence-Supportive cognitions, atypical sexuality, problematic self-regulation, and perceived anonymity among online and contact sexual offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 50(5), 2173–2187. <https://doi.org/10.1007/s10508-020-01863-z>
- Peixoto M. & Cunha O. (2021). Translation and validation for the portuguese adult population of the Persistent and Intrusive Negative Thoughts Scale: Assessing Measurement Invariance. *International Journal Of Cognitive Therapy*, 14, 724–737. <https://doi.org/10.1007/s41811-021-00120-y>
- Rachman, S. (2014). Global intrusive thoughts: A commentary. *Journal of Obsessive-Compulsive and Related Disorders*, 3(3), 300–302. <https://doi.org/10.1016/j.jocrd.2014.04.001>
- Ramos, C., Figueiras, L., Lopes, M., Leal, I., & Tedeschi, R. (2016). Inventário de crenças centrais: estrutura fatorial e propriedades psicométricas na população portuguesa. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 17(2), 120–131. <http://dx.doi.org/10.15309/16psd170202>
- Severson, R., Toman, E., & Alvarado, M. (2020). Mental health service utilization: general and gendered consequences for prison strains. *Crime & Delinquency*, 66 (12), 1754–1786. <https://doi.org/10.1177/0011128720937294>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). *Actas Da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 1–15. [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%28Susana%20Silva%26%20Angela%20Maia%29.pdf)

- Sparks, B. (2021). Attitudes toward the punishment of juvenile and adult sexual offenders in Canada: the roles of sentencing goals and criminal justice motivations. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(2), 125–145. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1862947>
- Tewksbury, R. (2012). Stigmatization of sex offenders. *Deviant Behavior*, 33(8), 606–623. <https://doi.org/10.1080/01639625.2011.636690>
- Yu, M., Huang, L., Mao, J., DNA, G., & Luo, S. (2022). Childhood maltreatment, automatic negative thoughts, and resilience: the protective roles of culture and genes. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), 349–370. <https://doi.org/10.1177/0886260520912582>

Conclusão/ Discussão Geral

Este trabalho visa analisar a relação das experiências infantojuvenis em agressores sexuais e na população normativa. Especificamente, pretende avaliar a relação entre as experiências na infância e a vinculação na idade adulta e ainda analisar as diferenças entre a população normativa e a população de agressores sexuais em termos de vitimação na infância, experiências positivas na infância, vinculação na idade adulta. Na amostra de agressores sexuais, pretende-se também verificar a relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos. Bem como analisar as crenças centrais que os agressores sexuais apresentam face à sua experiência de reclusão e explorar se existem diferenças entre agressores sexuais reincidentes e não reincidentes no crime no que se refere às experiências adversas na infância.

Os resultados mostram que indivíduos com mais experiências adversas na infância possuem níveis de ansiedade mais altos, e mais pensamentos de abandono relativamente aos outros significativos para si, o mesmo é indicado pela literatura, sendo que quanto mais experiências positivas na infância os indivíduos têm, mais facilidade têm em se relacionar e confiar nos outros (Yoder et al., 2016). Relativamente à vitimação sofrida, agressores sexuais apresentam maiores níveis de vitimação na infância (e.g., punição, maus-tratos, exposição a violência) comparativamente à população normativa, indo de encontro ao referido na literatura (e.g., Kahn et al., 2020; Teixeira et al., 2020). A amostra de agressores sexuais mostra também níveis superiores de disfunção familiar, tal como o relatado na literatura, a qual indica que agressores sexuais possuíram na sua infância estruturas familiares mais instáveis, com prevalência de conflitos e dificuldades de comunicação (Costa et al., 2013). A literatura indica, ainda, que a vitimação sexual na infância pode ser um preditor para se tornar agressor sexual (DeLisi et al., 2021), na nossa amostra, agressores sexuais apresentam níveis superiores deste tipo de vitimação, relativamente aos encontrados na população normativa.

A literatura indica que, ao experienciar vitimação na infância os indivíduos apresentam uma maior probabilidade de experienciar vitimação na idade adulta (Teixeira et al., 2020). Na idade adulta, os nossos resultados destacam a vitimação física e psicológica, indo de encontro aos resultados encontrados por Sparks (2021), o qual indica

que ao experienciar reclusão, agressores sexuais são os reclusos que mais vezes são vítimas de agressões físicas ou psicológicas.

Os nossos dados indicam, que ao vivenciar adversidade na infância, os indivíduos apresentam maior dificuldade em se relacionar e confiar nos outros, o que vai de encontro ao estudo de Bastos et al. (2021), o qual diz que na infância agressores sexuais vivem em grande isolamento social e não são estimulados a criar vínculo, tendo por isso mais dificuldade em fazê-lo na idade adulta, e medo de experienciar rejeição. Esta fraca vinculação a pares ou pais também se relaciona com a quantidade de pensamentos negativos e posteriormente, comportamentos perpetrados pelos indivíduos (Balan et al., 2018), sendo esta uma variável de interesse para estudos futuros.

Estudos recentes, indicam que a vivência de adversidades na infância, conduz a um maior número de pensamentos negativos na idade adulta (Yu et al., 2022), o que apresenta impacto ao longo da vida do indivíduo (Peixoto & Cunha, 2021). Os nossos resultados não encontram uma relação entre as experiências adversas na infância e os pensamentos negativos apresentados pelos indivíduos, o que se pode justificar pelos mecanismos de *coping* adaptativos utilizados pelos indivíduos, aumentando a sua resiliência perante os acontecimentos traumáticos vividos na infância.

Ao comparar agressores sexuais com a população normativa, deparamo-nos com o facto que não existirem nos nossos resultados diferenças ao nível das experiências positivas na infância. Existem diferenças relativamente aos maus-tratos e adversidade vivenciadas neste período, tal como indicado na literatura (e.g., Abbiati et al. 2014; Kahn et al., 2020; Teixeira et al. 2020). Ao analisar o grupo de agressores sexuais reincidente, comparativamente ao não reincidente, os reincidentes apresentam mais experiências adversas na sua infância, indo de acordo com os dados obtidos por Sparks (2021) no seu estudo. Este indica que na infância os indivíduos são expostos a diversas adversidades (e.g., consumo de substância, prisão de um familiar), os quais também podem influenciar a relação dos indivíduos com a carreira criminal ou reincidência no crime (Matos, 2019).

Com aumento de contacto com a justiça e com a reclusão, existe uma tendência para que os indivíduos apresentem mais pensamento negativos (Sparks, 2021), porém, os resultados deste estudo não indicam diferenças entre o grupo de reclusos reincidente e o grupo não reincidente ao nível dos pensamentos negativos apresentados.

Limitações

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser tidas em conta em estudos futuros. Uma das primeiras limitações encontrada refere-se à amostra. Devido à dificuldade em aumentar a amostra de agressores sexuais, pela sua fraca predisposição em participar neste tipo de estudos. Outra das limitações que identificamos relativamente à amostra é a inexistência de uma amostra feminina na população de agressores sexuais, não sendo possível efetuar comparações entre sexos. A amostra de agressores sexuais presente neste estudo é de dimensão mais reduzida do que a encontrada em estudos internacionais, o que também pode enviesar os resultados. Também sobre a amostra, identifica-se como limitação o facto de na amostra normativa não ser possível controlar o ambiente em que os participantes respondem ao protocolo *online*.

Outra das limitações é o facto de nas pontuações de autorrelato, os participantes poderem alterar ou omitir resposta, face à desejabilidade que os indivíduos têm de ser vistos pelos outros. Pode também existir enviesamento da memória relativamente aos eventos traumáticos vividos, o que pode influenciar a resposta.

Implicações para a prática

Apesar das limitações descritas, este estudo é de relevante interesse para toda a comunidade, em específico para os profissionais da justiça e da Psicologia, permitindo o desenvolvimento ou reformulação de programas de intervenção mais adequados.

Tendo em conta os resultados deste estudo sugere-se o desenvolvimento de programas de intervenção junto de crianças vítimas de forma a atenuar as consequências que estes podem ter, como os comportamentos violentos (Abbiati et al., 2014), défices de vinculação (Yoder et al., 2018), dificuldades de confiança nos outros (Abbiati et al. 2014), comportamentos mal adaptativos (Costa et al., 2013) descritos pela literatura e também encontrados neste estudo.

A literatura indica que as experiências de vitimação durante o desenvolvimento podem originar desordens psicológicas as quais podem evoluir para um funcionamento sexual perturbado (Latzman & Latzman, 2013), e por isso, sugere-se a inclusão de variáveis sobre as crenças relativas ao abuso sexual e à violação. Isto, pois, a literatura indica que o comportamento sexual de risco (e.g., relações sexuais desprotegidas,

encontro com desconhecidos) é uma variável preditora para o indivíduo se tornar agressor sexual (DeLisi et al., 2021).

Sugere-se que estudos futuros analisem as experiências positivas na e a resiliência e o impacto das mesmas na população de agressores sexuais, pois, a literatura diz-nos que quando os indivíduos são mais resilientes, tem menos contactos com a justiça (Baglivio & Wolff, 2021). Os mesmos autores indicam que existem diversos estudos com experiências adversas na infância e respetivas consequências (e.g., Abbiati et al., 2014; Graft et al., 2021), mas existe um défice de estudos sobre as experiências positivas na infância e o seu impacto.

Tal como referido nas limitações, as medidas de autorrelato podem trazer desejabilidade social, o que deve ser contornado em estudos futuros. No caso de agressores podem ser utilizados dados da justiça referentes ao processo de cada indivíduo, verificando se as respostas são ou não válidas.

Em estudos futuros, sugere-se também um estudo longitudinal, de forma a verificar o estilo de pensamento de agressores sexuais antes e após a reclusão, pois a literatura apresenta opiniões dispares relativamente à efetividade das penas de prisão. Referindo alguns estudos que as penas de prisão não têm impacto no estilo de pensamento do indivíduo (Alper & Durose, 2018), enquanto outros estudos indicam alterações (Severson et al., 2020).

Referências

- Abbiati, M., Mezzo, B., Waeny-Desponds, J., Minervini, J., Mormont, C., & Gravier, B. (2014). Victimization in childhood of male sex offenders: Relationship between violence experienced and subsequent offenses through discourse analysis. *Victims & Offenders: An International Journal of Evidence-Based Research, Policy, and Practice*, 9(2), 234–254. <https://doi.org/10.1080/15564886.2014.881763>
- Alper, M., Durose, M., & Markman, J. (2018). 2018 Update on prisoner recidivism: A 9-year follow-up period (2005-2014). *U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs*. <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=6266>
- Baglivio, M., & Wolff, K. (2021). Positive Childhood Experiences (PCE): Cumulative resiliency in the face of adverse childhood experiences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 19(2), 139–162. <https://doi.org/10.1177/1541204020972487>
- Balan, R., Dobrean, A., & Balazsi, R. (2018). Indirect effects of parental and peer attachment on bullying and victimization among adolescents: The role of negative automatic thoughts. *Aggressive Behavior*, 44(6), 561–570. <https://doi.org/10.1002/ab.21775>
- Bastos, K., Eusébio, A., Pereira, K., da Silva, T., & Costa, L. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: um estudo de processos judiciais. *Saúde Sociedade São Paulo*, 30(1), 1–13. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021181112>
- Costa, L., Junqueira, E., Meneses, F., & Stroker, L. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico-USF*, 18(1), 33–44. <https://doi.org/10.1190/segam2013-0137.1>
- DeLisi, M., Drury, A., & Elbert, M. (2021). Frequency, chronicity, and severity: New specification of adverse childhood experiences among federal sexual offenders. *Forensic Science International: Mind and Law*, 2, 100051. <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2021.100051>
- Graf, G., Chihuri, S., Blow, M., & Li, G. (2021). Adverse childhood experiences and justice system contact: A systematic review. *Pediatrics*, 147(1), 1–15. <https://doi.org/10.1542/PEDS.2020-021030>

- Kahn, R., Jackson, K., Keiser, K., Ambroziak, G., & Levenson, J. (2021). Adverse childhood experiences among sexual offenders: associations with sexual recidivism risk and psychopathology. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 33(7), 839–866. <https://doi.org/10.1177/1079063220970031>
- Latzman, N., Latzman, R. (2013). Exploring the Link Between Child Sexual Abuse and Sexually Intrusive Behaviors: The Moderating Role of Caregiver Discipline Strategy. *Journal of Child and Family Studies*, 24(2), 480–490. <http://doi:10.1007/s10826-013-9860-9>
- Matos, A. (2019). Experiências adversas, stress traumático e comportamentos criminais: um estudo com ofensores portugueses. *Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Escola de Psicologia*.
[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/61397/1/Disserta%
%a3oMestrado_AlexandraDeMatos_a75657.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/61397/1/Disserta%c3%a7%c3%a3oMestrado_AlexandraDeMatos_a75657.pdf)
- Peixoto M. & Cunha O. (2021). Translation and validation for the portuguese adult population of the persistent and intrusive negative thoughts scale: assessing measurement invariance. *International Journal Of Cognitive Therapy*, 14, 724–737. <https://doi.org/10.1007/s41811-021-00120-y>
- Severson, R., Toman, E., & Alvarado, M. (2020). Mental health service utilization: general and gendered consequences for prison strains. *Crime & Delinquency*, 66 (12), 1754–1786. <https://doi.org/10.1177/0011128720937294>
- Sparks, B. (2021). Attitudes toward the punishment of juvenile and adult sexual offenders in canada: The roles of sentencing goals and criminal justice motivations. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(2), 125–145. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1862947>
- Teixeira, J., Resende, A., & Perissinotto, R. (2020). Vitimização e psicopatia em autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Avaliação Psicológica*, 19(01), 123–131. <https://doi.org/10.15689/ap.2021.2001.17724.12>
- Yoder, J., Dillard, R., & Leibowitz, G. (2018). Family experiences and sexual victimization histories: A comparative analysis between youth sexual and nonsexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(10), 2917–2936. <https://doi.org/10.1177/0306624X17738063>

- Yoder, J., Ruch, D., & Hodge, A. (2016). Families of youth who have sexually offended: understanding shared experiences and moving towards a typology. *Journal of Child and Family Studies*, 25(5), 1581–1593. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0339-8>
- Yu, M., Huang, L., Mao, J., DNA, G., & Luo, S. (2022). Childhood maltreatment, automatic negative thoughts, and resilience: the protective roles of culture and genes. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(1–2), 349–370. <https://doi.org/10.1177/0886260520912582>